



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

ARQUIVOS DE SINDICATO
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE
CONSERVAS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO
(PENICHE)

Carina Filipa Fernandes Félix

2024

Relatório de Estágio especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação, orientado pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva.

Dedicatória

*Para os meus pais,
que nunca desistiram de mim*

*Para o meu irmão,
prometido é devido*

*«Tudo é possível a quem crê»
São Marcos, Mc9, p. 1644, *Bíblia Sagrada**

Agradecimentos

A concretização deste trabalho revelou-se um processo moroso e complexo. Não teria conseguido terminar este capítulo da minha vida sem a ajuda e apoio de muitos e deixo aqui o meu muito obrigada a todos os que se cruzaram comigo e me fizeram acreditar ser capaz de concluir o mestrado. Esta vitória não é minha, é *nossa*.

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva pela sua ajuda, apoio e atenção. Todos os conhecimentos que me transmitiu, todo o cuidado, resiliência e persistência foram fulcrais para a finalização deste nosso projeto e é graças a si que consegui terminar este grande desafio que foi o mestrado.

De seguida, quero agradecer à Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Peniche, Mestre Ana Batalha, ao Mestre Rui Venâncio, ao Dr. Jorge Martins e à Câmara Municipal de Peniche pela oportunidade de estágio e pelo apoio na sua realização.

À baleia do Centro de Interpretação da Atouguia da Baleia que me ia fazendo esporadicamente companhia e me punha a rir nas horas de estágio em que me encontrava sozinha.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a todo o seu corpo docente e funcionários que estiveram comigo ao longo dos cinco anos de estudo. A FLUL tornou-se a minha segunda casa. Uma vez *fluliana*, *fluliana* para sempre.

Obrigada aos meus pais que sempre me fizeram querer estudar e me abriram os horizontes para ser quem eu quisesse ser. Obrigada por serem sempre o meu porto seguro e por me fazerem ver que depois da tempestade vem a bonança. Ao meu irmão e à minha cunhada por estarem sempre ao meu lado, por me darem força e por trazerem ao mundo a minha sobrinha que é a luzinha das nossas vidas e que me faz querer ser uma pessoa melhor. Obrigada por serem a minha família.

Obrigada ao meu namorado, que nunca me deixou desistir. Obrigada por me estares constantemente a motivar, por seres o meu melhor amigo, por todas as anedotas que dizes quando estou mais triste e por me permitires partilhar contigo esta aventura que é a vida. Obrigada por me fazeres sorrir e por fazeres de mim uma pessoa ainda mais feliz e sortuda.

À minha melhor amiga, que há muitos anos me acompanha, me ouve horas sem fim e partilha comigo todas as conquistas e derrotas.

A todos os meus amigos e colegas que me fizeram companhia e sempre me ajudaram a ver o lado positivo das coisas.

À minha colega de trabalho que viu este trabalho crescer, que me ajudou inúmeras vezes e sempre o fez com um sorriso e uma palavra de apoio.

Obrigada a todos vós.

Resumo

Os arquivos de sindicato são instituições de memória que permitem armazenar, preservar e divulgar a luta do movimento operário ao longo do tempo. Este relatório de estágio apresenta um estudo e reflexão sobre a organização arquivística de um arquivo de sindicato. Tendo como base uma metodologia qualitativa, interpretativa e dedutiva e utilizando os métodos de investigação documental e estudo orgânico-funcional, este trabalho responde aos objetivos gerais que foram colocados para a concretização do estágio, sendo eles: estudar brevemente a história dos sindicatos e do movimento sindical; e conhecer o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche). Iniciou-se por uma reflexão baseada numa investigação documental e da sua sucessiva análise sobre o sindicalismo e o movimento operário, de seguida partiu-se para a realização do estágio no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche) e conseqüentemente o estudo orgânico-funcional desta mesma instituição. Como resultados fez-se uma ponderação sobre a necessidade da organização arquivística num arquivo de sindicato, bem como se procedeu à sua concretização no decorrer do estágio. Da organização e ordenação da documentação decorreu uma lista de nomes de operários que se encontra em apêndice. Este relatório de estágio permite concluir que a organização de um arquivo é imprescindível, tal como tomar conhecimento da entidade produtora da documentação para compreender a sua essência e organização.

Palavras-Chave

Arquivo de sindicato; Movimento operário; Estudo Orgânico-Funcional; Organização arquivística; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro.

Abstract

Trade union archives are memory institutions that make it possible to store, preserve and disseminate the struggle of the workers' movement over time. This internship report presents a study and reflection on the archival organization of a trade union archive. Based on a qualitative, interpretative and deductive methodology and using the methods of documentary research and an organic-functional study, this work responds to the general objectives that were set for the internship, which were: to briefly study the history of trade unions and the trade union movement; and to get to know the Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche). It began with a reflection based on documentary research and its subsequent analysis of trade unionism and the workers' movement, and then moved on to the internship at the archive of the Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche) and consequently the organic-functional study of this same institution. As a result, we pondered the need for archival organization in a trade union archive and proceeded to put it into practice during the internship. The organization and sorting of the documentation resulted in a list of workers' names which can be found in the appendix. This internship report concludes that organizing an archive is essential, as is getting to know the entity that produces the documentation in order to understand its essence and organization.

Key Words

Archival organization; Organic-functional study; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro; Trade union archive; Workers' movement.

Lista de Siglas

CGTP – IN - Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

UGT - União Geral de Trabalhadores

UON - União Operária Nacional

NP - Norma Portuguesa

Lista de Figuras

Figura 1. Taxa de sindicalização dos trabalhadores portugueses.....	p. 22
Figura 2. Sindicalização nos jovens 16-25 anos.....	p. 24
Figura 3. Estrutura hierárquica de um arquivo.....	p. 39
Figura 4. Documentação do arquivo.....	p. 41
Figura 5. Documentação dentro de unidades de instalação consideradas já organizadas.....	p. 41
Figura 6. Documentação encontrada dentro das gavetas do armário.....	p. 41
Figura 7. Registo operário.....	p. 46

Sumário

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	vi
<i>Abstract</i>	vii
Lista de Siglas.....	viii
Lista de Figuras	ix
Introdução	11
1. Revisão de literatura: Sindicalismo.....	14
1.1 Sindicatos	14
1.1.1 Sindicalização	14
1.1.2 Movimento Sindicalista.....	15
1.1.3 Sindicalismo em Portugal.....	20
1.1.4 Desafios Atuais do Sindicalismo.....	23
1.2 Arquivos de Sindicato	25
2. Metodologia	27
3. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche).....	31
4. Organização do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche).....	36
4.1 Organização Arquivística	36
4.2. Realização do estágio	39
4.2.1 Higienização.....	42
4.2.2 Organização física da documentação	43
4.3. Resultados	44
4.4. Limitações encontradas	47
Conclusão	48
Bibliografia.....	51
Apêndice.....	57

Introdução

O movimento sindical e o sindicalismo são um instrumento indispensável para os trabalhadores assalariados (Borges, 2006). Este movimento permitiu que os trabalhadores de classe operária conseguissem lutar pela melhoria da sua qualidade de vida no trabalho e, conseqüentemente, a pessoal, devido ao crescimento dos seus direitos e deveres como trabalhadores e também como seres humanos.

Um arquivo é uma instituição de memória que deve preservar, armazenar e tornar acessível a documentação produzida ou recebida por uma pessoa ou instituição. A história e a memória de uma instituição ou organização passa pela preservação dos seus documentos e esta “construção das memórias institucionais torna-se mais eficaz, e não apenas celebrativa (...), em que é preciso que a instituição adote uma política de gestão de documentos arquivísticos e que se debruce sobre sua memória institucional e seus distintivos históricos.” (Parrela & Nascimento, 2019, pp. 179 e 180). Portanto, a preocupação com um arquivo e a gestão dos documentos, e mais precisamente com a sua organização e o seu estado, é fulcral para que a memória documental da instituição seja guardada e preservada.

A história do movimento operário está hoje em dia preservada em instituições de memória, como os arquivos. É nos documentos preservados por estas instituições que vemos a luta de séculos que os operários tiveram para conseguirem ter condições de trabalho e qualidade de vida. É a partir de cartas, registos de operários, estatutos, recibos de pagamento de quotas, atas de reuniões, jornais e fotografias que podemos contar e conhecer a história do trabalhador e a sua luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Após o término das unidades curriculares do Mestrado de Ciências da Documentação e Informação, deparei-me com todas as hipóteses possíveis para trabalho final de mestrado. Posteriormente a uma reflexão sobre todas elas, concluí que o estágio curricular com relatório de estágio seria a opção mais acertada de modo a ganhar experiência prática na área da documentação e informação. A proposta deste estágio em particular partiu do Professor Doutor Carlos Guardado da Silva perante a necessidade de organização do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche), que está sob custódia da Câmara Municipal de Peniche e situado no

Centro de Interpretação da Atouguia da Baleia. Este estágio apenas foi possível com a ajuda e a colaboração da Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Peniche, Mestre Ana Batalha, do Mestre Rui Venâncio, que se aprontou a ser o meu orientador local, e do Dr. Jorge Martins, que sempre se disponibilizou a ajudar e a facilitar o acesso às instalações e à documentação.

Tendo decidido o objeto de estudo, partiu-se para a definição de objetivos para a realização deste relatório de estágio. Dado o estado em que a documentação do arquivo se encontrava, definiu-se o primeiro objetivo do estágio como sendo uma intervenção sobre a documentação, numa perspetiva de identificação, higienização e ordenação. Não dispondo de muito tempo, tentou-se chegar ao máximo de documentação possível. Da identificação da documentação surgiu o segundo objetivo para a elaboração do relatório de estágio, um estudo sobre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro, entidade produtora da documentação. Com a higienização e a ordenação da documentação surgiu o terceiro e grande objetivo do relatório de estágio, uma compreensão sobre a organização arquivística deste sindicato, bem como a tipologia da documentação existente no mesmo e a sua organização. O último objetivo foi a realização de uma lista dos nomes dos trabalhadores sindicalizados, que se foram identificando à medida que foi realizada a ordenação dos registos dos operários.

Este relatório de estágio é constituído por quatro capítulos, para além da Introdução e da Conclusão, que têm como propósito responder aos objetivos acima definidos, bem como a contextualizar os mesmos. O Capítulo 1, intitulado de Revisão de Literatura: Sindicalismo, é um estado da arte que faz uma reflexão teórica relativamente ao sindicalismo, quer ao seu movimento em geral, quer ao seu movimento em Portugal, e também aos arquivos de sindicato. Reunindo literatura já existente sobre estes temas, a revisão de literatura permite-nos ter um contexto histórico e espacial para que seja mais fácil compreender posteriormente a documentação que se está a tratar, bem como a situá-la historicamente de modo a compreender todas as suas características.

O Capítulo 2 é o da metodologia. É aqui que é efetuada uma ponderação e explicação dos métodos e práticas utilizados para a concretização deste trabalho. O capítulo da metodologia permite compreender onde se foi buscar as informações que permitiram a realização deste trabalho, bem como o porquê de se ter escolhido utilizar as fontes e os métodos utilizados.

O capítulo seguinte, o Capítulo 3, fornece um contexto histórico sobre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche). É neste capítulo que se torna possível realizar uma contextualização sobre a origem do sindicato, bem como os seus antecessores e a sua posição atual. Com a visualização do crescimento do sindicato, bem como o contexto político pelo qual o país passava e as alterações legais que foram sendo realizadas, torna-se possível perceber e identificar mais facilmente a documentação existente no arquivo.

De seguida surge o Capítulo 4, com o título Organização do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche). Este capítulo é subdividido em três partes, que possibilitam a explicação do que foi realizado no estágio e que permitem a resposta aos objetivos do relatório de estágio. O primeiro subcapítulo é o da organização arquivística que assenta numa ponderação sobre o que é a organização arquivística e a sua importância dentro de uma instituição de memória. O subcapítulo seguinte relata a introdução ao estágio em si, refletindo sobre o estado do arquivo e da documentação. Este subcapítulo é também dividido em duas partes que retratam o processo de tratamento físico da documentação, tal como a sua organização e ordenação. O subcapítulo posterior demonstra os resultados obtidos do estágio e do processo de organização e ordenação da documentação. O último subcapítulo retrata as limitações encontradas no decorrer do estágio, que foram também elas delimitadoras para os resultados.

Segue-se a Conclusão, onde se realiza uma síntese de todo o trabalho e a verificação da concretização dos objetivos, assim como uma síntese do conhecimento que este trabalho permitiu adquirir.

1. Revisão de literatura: Sindicalismo

Este capítulo tem como objetivo fazer uma revisão de literatura e encontra-se dividido em cinco partes: Sindicalização, Movimento Sindicalista, Sindicalismo em Portugal, Desafios Atuais dos Sindicatos e Arquivos de Sindicato.

Numa primeira fase, começaremos por analisar o que é um sindicato, não só numa perspetiva mais literal, como também num aspeto mais filosófico.

Seguidamente, abordamos o surgimento do movimento sindicalista desde o século XVII (data do seu surgimento) até hoje-em-dia.

No ponto seguinte, estudaremos o sindicalismo em Portugal, com o intuito de perceber o seu nascimento, as suas dificuldades e os maiores feitos.

Irá ser também dado brevemente um contexto dos desafios que os sindicatos encaram atualmente.

Por fim, será abordado o tema dos arquivos de sindicato, conhecendo não só o que é um arquivo, mas também a importância destas instituições como parte fundamental de um sindicato.

1.1 Sindicatos

1.1.1 Sindicalização

Tendo como etimologia no francês “*syndicat*” (Alves & Areosa, 2022), sindicato é entendido como sendo uma coligação ou associação de trabalhadores que tem como propósito negociar com os empregadores as condições gerais e económicas dos trabalhos (Farber, 2001; Hirschman, 1970). Podemos verificar que um sindicato é uma associação voluntária criada por trabalhadores de uma determinada empresa/organização, que tem como principal foco lutar por valores, interesses e condições de trabalho iguais e justos para todos.

Um sindicato apresenta como finalidade a defesa e a promoção de interesses comuns, estruturando-se com um princípio organizativo hierárquico. Para que isto possa

ser concretizado, detém os seguintes deveres: a defesa dos direitos dos trabalhadores, a promoção da informação sobre estes mesmos direitos e deveres e poder fazer com que haja menos individualismo e mais cooperativismo entre os trabalhadores para que consigam todos combater as injustiças (Cid, 2019).

Apesar de ser uma associação de agregação completamente voluntária, como dito anteriormente, o trabalho de um sindicato não é esporádico, isto é, não existe apenas para fazer greves e ajudar os trabalhadores quando estes se sentem injustiçados. Este deve seguir e ajudar os seus associados em toda a sua fase de carreira e união à organização, ajudando nos seus melhores e nos piores momentos e apoiando as suas decisões.

Este tipo de organização acolhe todos os trabalhadores que desejam associar-se à luta, independentemente “da sua ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”, garantindo assim o princípio da igualdade presente no Artigo 13 da *Constituição da República Portuguesa*.

1.1.2 Movimento Sindicalista

O fim do feudalismo deu origem à existência de duas “classes” sociais no século XVII, a burguesia e o proletariado, onde as diferenças eram evidentes tornando clara a necessidade de formação de organizações e uniões de trabalhadores de proletariado para que, todos juntos, conseguissem ter uma voz mais ativa na sociedade e no local de trabalho (Cid, 2019).

Podemos entender que estas duas classes se dividiam entre os “exploradores e explorados” (Borges, 2006, p. 1), tornando a burguesia a classe empregadora, que detinha as terras e os meios de produção (como as instalações e as matérias-primas). Por sua vez, o proletariado era a classe mais pobre e em maior número que acabava por ser explorada pela burguesia, fornecendo a sua mão-de-obra em troca de míseros salários numa tentativa de sustentarem as suas famílias. Neste ambiente em que os assalariados aceitavam quaisquer condições de trabalho desde que estas lhes fornecessem forma de sustento, a burguesia tornou as condições de trabalho bastante precárias, dando apenas o essencial tanto a nível de condições de trabalho como de salário. A precariedade das condições

revela-se na falta de condições de trabalho (fábricas frias, sem janelas e com materiais perigosos e sem controlo), inexistência de uma tabela de horários e salarial e falta de apoio na doença (muitos operários ficavam doentes devido às más condições de trabalho e acabavam por serem dispensados sem nenhum apoio).

Remete-se o nascimento dos primeiros movimentos de operários para a Inglaterra, onde despoletou também a revolução industrial. Naturalmente, o processo de indagação dos trabalhadores até à formação dos sindicatos foi moroso. Num primeiro momento, quando os operários de oficinas e fábricas começaram a ser substituídos por máquinas tornando a mão de obra menos especializada permitindo introduzir a mulher e o menor na indústria, a revolta dirigiu-se para com este novo “membro” das fábricas, trazendo o que foi denominado como ludismo (Borges, 2006).

O ludismo foi um movimento realizado pelos trabalhadores ingleses (que também acabou por chegar a França), no início do século XIX, em que estes simplesmente destruíam as máquinas, numa tentativa desesperada de causar prejuízos aos seus empregadores e revelando o seu descontentamento para com as medidas e as condições de trabalho existentes. Após terem sido confrontados com leis que aprovavam a pena de morte a quem destruíam máquinas, este movimento começou a dissipar-se, dando origem a outros que seriam mais dificilmente punidos, como o boicote ou a sabotagem (Borges, 2006).

O boicote ou a sabotagem tinham como princípio abalar as vendas ou os recursos dos empregadores como forma de protesto às medidas em vigor. Um exemplo de boicote foi, na Irlanda, quando da falha da negociação de condições entre um empregador e os seus empregados, estes últimos convenceram os moradores de um povoado em seu domínio a não consumirem os produtos deste empregador, abalando o seu negócio, o que lhe trouxe prejuízo. Já a sabotagem era feita discretamente pelos trabalhadores das fábricas, em que estes tentavam avariar as máquinas subtilmente, levando, por exemplo, sapatos que poderiam danificar as máquinas (Borges, 2006).

Após estas demonstrações de descontentamento, o passo seguinte foi a greve. Consistindo em não irem trabalhar até que houvesse negociações das condições de trabalho, a greve foi o recurso com maior eficácia que se transportou até ao dia de hoje, tornando-se num dos maiores e mais conhecidos recursos dos sindicatos.

Com o decorrer do tempo, a burguesia foi cedendo algumas reivindicações, como a definição de regras e o estabelecimento de horários de trabalho, descanso semanal obrigatório, direito à greve, direito a férias, regulamentação do trabalho infantil, proteção na doença, seguros para acidentes e melhores condições nos locais de trabalho.

Ainda antes da legalização e da aceitação dos sindicatos, surgiram, em Inglaterra, os sindicatos clandestinos. Vendo a união dos trabalhadores como um atentado à posição de superioridade da burguesia, é proibida a formação de sindicatos, o que fez com que estes passassem a existir em segredo. Exclusivos para um certo número de pessoas que se considerasse de confiança para não haver fugas de informação, estas associações clandestinas não tinham sede, campanhas, e as reuniões onde organizavam as greves eram secretas. Diante do crescimento dos movimentos operários, foi em 1812, na Câmara dos Lordes, em Londres, que surgiu a primeira lei que permitiu a associação livre dos trabalhadores (Borges, 2006).

O movimento sindicalista começou a ser mais assertivo a partir do século XIX em todo mundo, começando uns países a influenciar outros. A legalização dos sindicatos aconteceu a partir deste século, sendo visível em 1824 no Reino Unido, 1884 na França, e 1891 em Portugal (Alves & Areosa, 2022). Pode dizer-se que a “era do capital”, ou seja, o capitalismo foi o ponto de transformação em que se encontra o sindicalismo, que integra o movimento mais geral em prol da liberdade associativa. Posto isto, o registo do primeiro movimento sindicalista surgiu da *National Association for the Protection of Labour* (Associação Nacional para a Proteção do Trabalho), uma tentativa com sucesso de criação de um dos primeiros sindicatos do mundo por parte de John Doherty, em julho de 1830. Os principais militantes eram trabalhadores da indústria têxtil, uma indústria com condições bastante desumanas na altura (Webb & Webb, 1894).

Após a criação da primeira internacional, começaram a ser formadas muitas outras associações e organizações em outros países de forma a unir e ligar os sindicatos quer nacional quer internacionalmente, agindo como um facilitador de união dos sindicatos no mundo. Em Portugal, foi criada a primeira confederação sindical em 1914, designada UON (União Operária Nacional), alterada para CGTP-IN (Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses– Intersindical Nacional) em 1970, e a UGT (União Geral dos Trabalhadores), criada em 1978.

A criação da UON, em 1914, por sindicalistas reformistas e anarquistas, conseguiu algumas conquistas para os sindicatos portugueses, tais como as 8 horas de trabalho diárias. Contudo, com a ditadura salazarista, houve um abrandamento destas medidas e apenas na década de 70, quando passou de UON para CGTP-IN, se conseguiu alcançar os maiores e mais desejados feitos para os trabalhadores portugueses. Entre estas regalias estão o direito à licença de maternidade, o subsídio de desemprego e o impedimento de despedimento sem justa causa. Com uma veia comunista vinda da Revolução Russa de Outubro de 1917, a CGTP-IN sempre teve uma ligação com o Partido Comunista, principalmente após a criação em 1921 do Partido Comunista Português, uma relação entre a organização e o partido, que se vê até à atualidade.

Por sua vez, a criação da UGT foi criada de uma deriva de ideias partidárias e ideológicas existentes dentro da CGTP-IN. Após a revolução de abril de 1975 em Portugal, a criação de outros partidos políticos com ideologias diferentes do partido comunista (maioritário na CGTP-IN) levou a que os conflitos entre comunistas e outros partidos de minoria (nomeadamente o Partido Socialista e o Partido Social-Democrático) resultassem na criação de uma nova central sindical liderada por estes partidos então de minoria. Assim, em 1978, foi aprovada em Lisboa a criação da União Geral dos Trabalhadores e, em 1979, foi realizado, na cidade do Porto, o primeiro congresso da UGT.

Podemos também sublinhar que o surgimento dos movimentos sindicalistas, tal como a primeira internacional, advém em grande parte da publicação do livro *O Manifesto do partido Comunista*, publicado por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848. Neste livro, é apelado aos operários que lutem por melhores condições de trabalho e pelo esclarecimento, sendo um êxito dentro da recém-formada classe do “proletariado” (que advém da classe operária). Marx e Engels utilizam a sua narrativa não só para chegarem à classe operária do seu país, a Alemanha, como para expandirem a sua ideologia um pouco por todo o mundo de forma que o movimento do proletariado fosse cada vez maior. O sucesso deste manifesto vê-se no facto de o mesmo ter sido editado e traduzido em diversos países, havendo um prefácio diferente para cada edição de cada país. Num livro pequeno, que se tornou acessível aos operários que trabalhavam horas extraordinárias, os autores deram não só um contexto dos acontecimentos ocorridos, como impulsionaram a afirmação e o empoderamento do proletariado, defendendo que “a sua luta contra a burguesia começa com a sua existência.” (Marx & Engels, 1848, p. 44). É nesta obra, que

se tornou mundialmente reconhecida, que se instiga à revolução, afirmação e reconhecimento do proletariado onde foi escrita uma das frases mais célebres do movimento: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (Marx & Engels, 1848, p. 73).

Com o passar dos anos, os sindicatos começaram então a internacionalizar-se e a expandir um pouco por todo o mundo. As liberdades e as condições dos trabalhadores não tinham qualquer importância para os empregadores, fazendo com que os sindicatos fossem ficando mais fortes e unidos, assim como a taxa de trabalhadores sindicalizados foi aumentando cada vez mais.

O aparecimento dos regimes fascistas e das ditaduras um pouco por toda a Europa trouxe um abalo aos movimentos sindicalistas, na medida em que estes começaram a ser reprimidos, pois eram vistos como um atentado ao poder e ao Estado. No seguimento de vários anos de perseguição aos sindicatos e uniões de trabalhadores, que eram objeto de censura e reprimendas, foi na década de 30 do século XX que os sindicatos começaram a ser vistos como ilegais e passaram a fazer parte de um departamento do Estado, que procurava o seu controlo, quando não proibir a sua ação e a sua existência. Os grandes regimes ditatoriais na Europa nesta década levaram, conseqüentemente, à extinção da liberdade sindical. Em 1926, foi reprimida a liberdade sindical na Itália após vários anos de perseguições aos sindicalistas; em 1933, o nazismo na Alemanha ganhou e começou um processo de eliminação dos sindicatos e, em 1934, os sindicatos portugueses começaram a ser considerados ilegais: “(...) entre 1926 e 1933, numerosos organismos sindicais foram encerrados, suspensos, declarados ilegais ou dissolvidos, relegados para uma atividade clandestina e alvo de crescente pressão.” (Barreto, 2000, p. 5).

Como instituições que começaram a pertencer ao Estado, os sindicatos que poderiam existir eram organizações cuja inscrição era livre, isto é, em que os trabalhadores podiam escolher se queriam pertencer ou não ao sindicato, mas este mesmo não era livre, sendo regido pelo Estado e sob as condições do mesmo. Deste modo, tanto os regimes repressores de Itália e de Portugal começaram a quotizar a participação e a não participação dos trabalhadores nos sindicatos. Isto fez com que as taxas de trabalhadores sindicalizados aumentassem (pois fazendo ou não parte do sindicato, tinham de pagar à mesma), e que houvesse mais receitas para o Estado, apesar de o conceito de trabalhador sindicalizado estar falsificado. Após a rutura destes regimes, a quotização dos sindicatos continuou a acontecer para os seus membros, apesar de, desta

forma, as receitas que provinham de o pagamento desta quota ser única e exclusivamente para benefício do sindicato.

Posteriormente à queda dos regimes ditatoriais na Europa e do fim da II Guerra Mundial, a necessidade de união sindical voltou uma vez mais a fazer notar-se e houve então um “boom” dos sindicatos e da taxa de trabalhadores sindicalizados. A reorganização de associações que tinham sido divididas, bem como a criação de outras novas trouxe brevemente uma renovação ao movimento sindical na Europa. Contudo, nos anos 70 do século XX, os sindicatos começam novamente a entrar em crise e decadência, havendo um registo de decréscimo da sindicalização global entre 1960 e 2018 (Alves & Areosa, 2022).

1.1.3 Sindicalismo em Portugal

O movimento sindicalista chegou mais tarde a Portugal, quando comparado a alguns países da Europa. Após a revolução liberal em Portugal em 1820, foi criada em 1853 uma das mais importantes associações operárias portuguesas, o Centro Promotor do Melhoramento da Classe Laboriosa. Em 1891, decorreu uma legalização das Associações de Classe (primeira designação para sindicatos), que finalmente reconheceu a existência de sindicatos e de outras organizações operárias. A influência francesa, que trouxe a Portugal um sindicalismo revolucionário, era maioritária e foi criado, em 1908, o primeiro jornal sindical, *A Greve*. Só depois da Implantação da República, em 1910, se começou a falar mais e a dar importância aos sindicatos, ao movimento sindicalista e à necessidade de reformar as associações de classe para terem novas “regras” e condutas (Alves & Areosa, 2022).

Foi em 1914, num congresso da Federação Operária de Lisboa, que se decidiu “tomar as rédeas” do movimento sindical e acabou por se criar aquele que seria o “embrião” da CGTP, a União Operária Nacional (UON). A UON tinha como propósito fortalecer e reformar o movimento social, contudo, este grande avanço acabou por não ter grandes resultados (Vieira, 2005).

Todavia, foram poucos os anos em que o movimento sindical vingou, pois em 1926 começou a Ditadura Militar em Portugal, que, em 1933, se tornou numa ditadura,

conhecida como a Ditadura Salazarista. O levantamento deste regime fez com que se pusesse em *standby* os movimentos sindicais que iam contra a ideologia do Estado Novo. Deste modo, foram diversas as limitações e novas regras para os trabalhadores, fazendo um “(...) ataque cerrado aos direitos sindicais, e que culminará com a Constituição de 1933, em que, entre outras coisas, se proíbe o direito à greve (...)” (Vieira, 2005, p. 10). A emergência do novo regime em Portugal fez com que se rompesse todo o progresso que havia sido feito nos anos anteriores, pondo fim à consolidação do sindicalismo português (Dias, 2018).

O Estado Novo, de forma a eliminar ao máximo os sindicatos e a torná-los meramente órgãos consultivos sob alçada do Estado, cria em 1933 o Estatuto do Trabalho Nacional, documento que pretendia reorganizar, colocar em harmonia e unir as classes para que correspondessem ao que era considerado de interesse nacional (Vieira, 2005). Assim, os sindicatos tornaram-se numa instituição estatal, pertencendo ao Estado e fazendo com que este tivesse todo o poder sobre si. A ditadura tornou os sindicatos “únicos, de inscrição obrigatória, e geograficamente fragmentados” (Dias, 2018, p. 213), e fez com que o Estado tivesse até o poder de dissolver os sindicatos.

As medidas drásticas para com as liberdades dos trabalhadores e dos sindicatos começam a desvanecer com a subida de Marcello Caetano ao poder e a sua nova legislação de liberdade de reuniões e contratação coletiva, que voltou a reunir os trabalhadores e os movimentos sindicais. Isto valorizou o papel dos sindicatos e movimentos sindicalistas em Portugal, fazendo com que, em 1970, se fundasse a Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, CGTP-IN (Vieira, 2005).

Finalmente, a 25 de Abril de 1974, o Estado Novo caiu em Portugal e a Revolução trouxe a nova era do sindicalismo livre e restaurou as liberdades anteriormente reprimidas, tal como o direito à greve. A principal mudança com a revolução, em termos de sindicalismo, foi a criação da nova central sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), em 1978, que foi consequência das diversas vertentes políticas que iam surgindo no país. A então existência de duas centrais sindicais acabou por dividir os sindicatos pelas duas, fazendo da CGTP mais sindicalista de contestação, estando mais ligada ao partido e ideias comunistas, o PCP, resultado da sua criação no decorrer do Estado Novo; e a UGT, uma central mais sindicalista de participação, visando promover a integração

social do trabalhador e sendo por isso mesmo mais ligada ao Partido Socialista (PS) (Dias, 2018).

Este novo “ar” sindical trouxe, porém, muitos novos movimentos sindicalistas e a realização de novos sindicatos, fazendo então com que se desse um “boom” de sindicatos até meados da década de 80, onde houve uma descida drástica de sindicatos e a sua respetiva suavização até à década de 90 (Alves & Areosa, 2022).

Em 2016, houve de novo uma descida dos sindicatos apesar de estes poderem continuar a ser extremamente fragmentados e desorganizados. Apesar disso e com as novas reformas, podem ser considerados dois tipos de sindicalismo fortemente politizados: sindicalismo de classe – CGTP-IN; sindicalismo reformista – UGT –, que aposta na negociação (Alves & Areosa, 2022).

Para observarmos o poder do sindicato e dos sindicalistas atualmente em Portugal, recorremos aos dados estatísticos *Data Labor*:

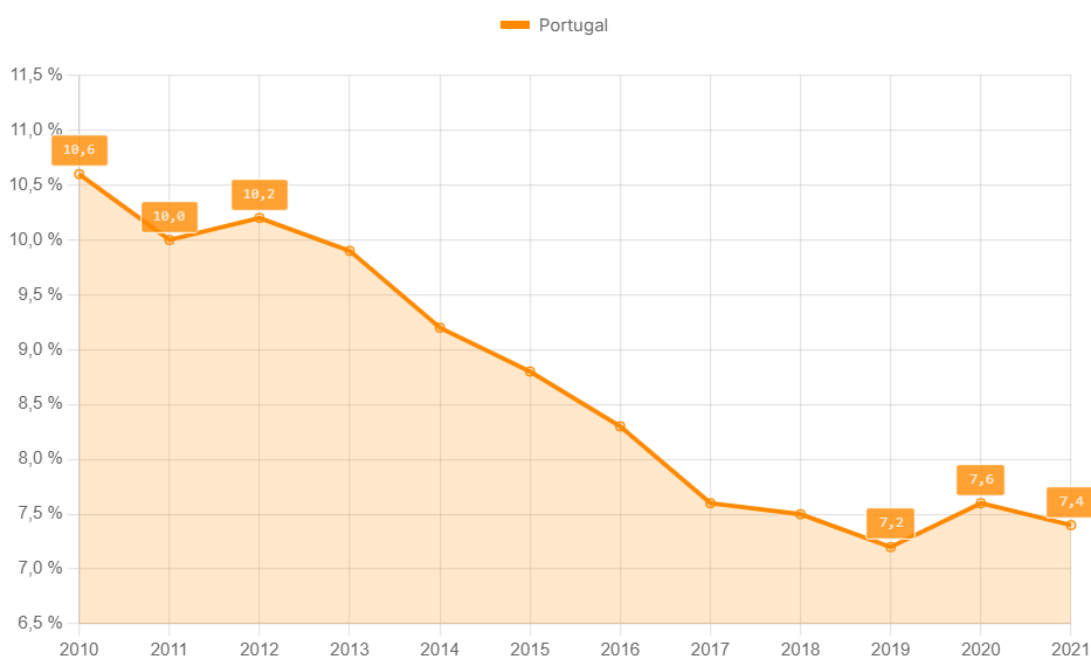


Figura 1 - Taxa de sindicalização dos trabalhadores Portugueses.

Fonte: Boletim Estatístico (GEP/MTSSS)
https://datalabor.pt/data/Yqmw43CJ_lq

Como se pode visualizar, em Portugal a tendência é de diminuição da taxa de sindicalização dos trabalhadores portugueses que trabalham por conta de outrem, que em 2010 representavam cerca de 10.6% e em 2021 representam cerca de 7.4%, verificando-se uma diminuição de 3.2%.

É importante relembrar que, em 1978, esta taxa era de cerca de 60,8%; em 1980, cerca de 50%, segundo o *Livro Verde sobre as Relações Laborais*, publicado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

1.1.4 Desafios Atuais do Sindicalismo

Existem múltiplos desafios aos sindicatos atualmente na sua difusão e aceitação o seio de uma sociedade cada vez mais tecnológica e global. Entre eles a desindustrialização, isto é, os movimentos sindicais surgiram e sempre dominaram a indústria e os seus trabalhadores. com uma economia cada vez mais virada para os serviços, global e tecnologia, podendo colocar-se em causa alguns princípios dos sindicatos que terão de se adaptar. Atualmente, a maioria dos militantes sindicais trabalha no setor de serviços (Organização Internacional do Trabalho, 2024).

A digitalização e a tecnologia como os robôs, inteligência artificial, computadores e a *Internet* tendem a tornar um tipo específico de emprego (normalmente altamente sindicalizado) redundante. Com a necessidade e a expansão dos trabalhadores qualificados, certas profissões (artesãos, operadores de máquinas, montadores e trabalhadores administrativos) tendem a diminuir, destaque para o facto de estas profissões historicamente serem altamente sindicalizadas (Organização Internacional do Trabalho, 2024).

A desmotivação dos jovens é outra questão que está na agenda dos principais sindicatos do mundo. Observa-se a figura seguinte:

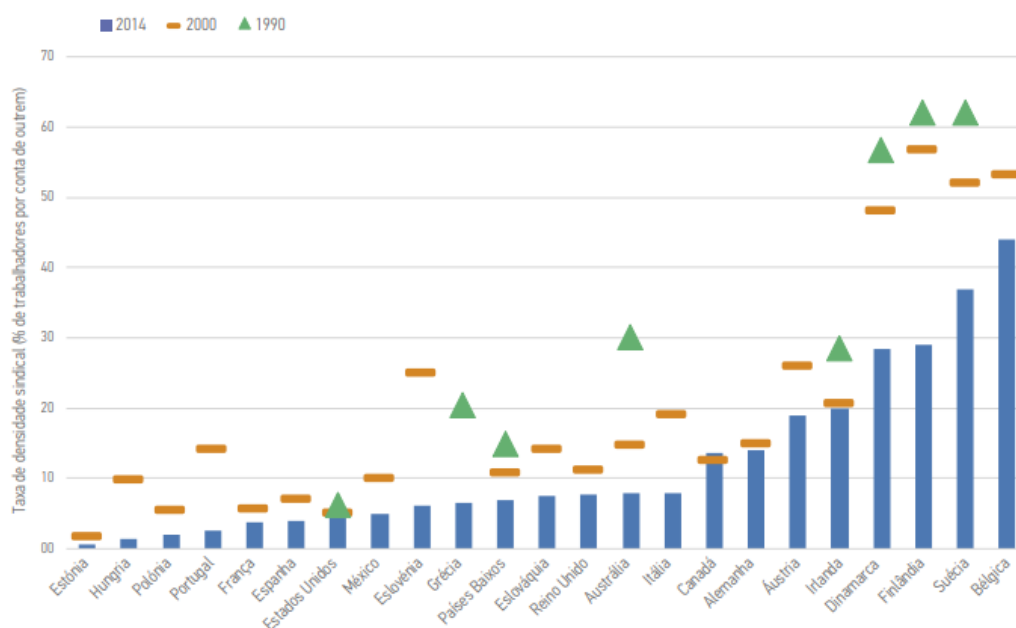


Figura 2 - Sindicalização nos jovens 16-25 anos

Fonte: Organização Mundial do trabalho

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf

Nesta figura, é possível visualizar que a maioria dos países ocidentais, outrora bastante sindicalizados, apresentam uma tendência de diminuição do número de jovens sindicalizados entre 1990 – 2000 – 2014.

Por fim, é notório o aumento do sindicalismo feminino, relacionado com o movimento da emancipação das Mulheres. A par do declínio da sindicalização na indústria, a maior mudança nos sindicatos durante as últimas décadas terá sido possivelmente o aumento da sindicalização feminina (Organização Internacional do trabalho).

Este aumento é saudável e justificado por diversas razões: diminuição da indústria e de trabalhos físicos e aumento do sector dos serviços; a liberdade e a igualdade de género na sociedade, entre outros fatores.

1.2 Arquivos de Sindicato

Um arquivo é uma “instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização e comunicação de documentos de arquivo” (Dicionário Arquivístico/Gestão de Informação, n.d., p. 1). Podemos considerar que um arquivo serve para preservar, organizar e comunicar informação de uma entidade, seja ela qual for, havendo, deste modo, vários tipos de arquivo.

Podendo ser público ou privado, um arquivo pode pertencer a uma pessoa singular ou a uma entidade coletiva. É fácil, assim, prever que um arquivo de sindicato é um arquivo de cariz privado e que serve para preservar a informação desta organização, também de modo a conhecer a história da mesma, como ela evoluiu e que medidas foram adotadas.

Como em diversas matérias da história, o interesse pela preservação de documentos e objetos históricos e potencialmente importantes começou tardiamente. Todavia, a preocupação com a conservação de materiais e documentos partidários começou a florescer, demonstrando-se na criação de instituições que estudassem, promovessem, guardassem e se dedicassem ao estudo da história do trabalho e do trabalhador.

A primeira referência a um arquivo partidário foi apenas na década de 1890, na Alemanha, pelo Partido Sociodemocrata Alemão (SPD). Após o protótipo do arquivo andar a viajar entre países, finalmente chegou à Alemanha no final da mesma década e cerca de 1899 foi oficialmente aberto ao público. Porém, para se ter acesso ao mesmo era necessário haver uma autorização prévia em forma de licença por parte do partido (Poy, 2021).

Após uma evolução destas instituições de cariz partidário, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, começaram também a surgir preocupações e desafios transversais às mesmas e que acabaram de igual forma de reforçar a sua importância. Exemplos disso encontramos nos regimes fascistas, que se foram formando na Europa. A necessidade de preservar a história já existente, quando a formação destes regimes fascistas foi relevante para a continuação da existência e de pertença desses mesmos materiais que teriam sido eliminados durante a Segunda Guerra Mundial, altura em que foram também extintos os sindicatos. Foi após a Segunda Guerra Mundial que

sucedeu um aumento dos sindicatos e, conseqüentemente, um aumento da documentação referente às suas atividades em diversos países da Europa, levando também ao aumento das instituições, como arquivos, ligados à história do trabalho e dos trabalhadores (Poy, L. 2021).

A existência destas instituições pelo mundo fora ajudou em vários processos históricos e ideológicos, promovendo também uma união e uma comunhão de perspectivas globais e também da posse do conhecimento, podendo não só saber como se originaram e se expandiram os sindicatos, mas também como estes se podiam ajudar e relacionar uns com os outros.

Posto isto, podemos verificar que a construção de arquivos dos movimentos operários era não só devido a um caráter meramente burocrático, mas também com o objetivo de construção identitária do próprio sindicato para que este e o seu acervo pudessem ser vistos e reconhecidos nacional e internacionalmente. Estes têm um caráter fundamental para o relato histórico da evolução da sociedade e, neste caso preciso, é através de um arquivo de sindicato que podemos evidenciar como os impactos políticos e económicos afetaram a existência, a organização e a adesão a estas entidades ao longo do tempo. É importante haver uma organização de documentação de arquivos para que um estudo sobre o sindicato possa ser feito e sem a organização e gestão da informação à sua guarda nada se terá. Nos capítulos 3 e 4 ir-se-á realizar a descrição do sindicato em estudo, como quais as condições do seu arquivo, acabando por demonstrar que é pertinente a sua organização.

2. Metodologia

A pesquisa científica é “um processo no qual o método e as técnicas científicas são aplicados para encontrar uma resposta para o problema sob investigação” (Camayd & Freire, 2020, p. 66), sendo umas das principais formas de aquisição de conhecimento e refutação de teorias que existe. Quer seja em áreas mais ligadas às ciências, quer áreas mais ligadas às humanidades, todas elas padecem de um fundamento investigativo para o conhecimento do mundo, das sociedades e dos fenómenos.

Camayd e Freire (2020) consideram que “a essência da investigação é a obtenção de dados e o seu tratamento”, tornando possível afirmar que os dois principais passos para a investigação são a aquisição de dados, que poderá ser realizada através de diversos métodos e técnicas, como a investigação documental (Silva, 2021) ou o inquérito. A utilização dos métodos e técnicas de investigação, bem como a sua escolha, é da responsabilidade do investigador e terão de ser adequados aos objetivos da pesquisa.

Este trabalho é de carácter qualitativo, interpretativo e dedutivo e pretende responder aos seguintes objetivos, que foram colocados para a realização do estágio: estudar brevemente a história dos sindicatos e do movimento sindical, conhecer o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche), fazer uma breve reflexão e descrição do estágio que foi realizado e, por fim, elaborar uma lista com os nomes dos operários baseados nos registos de operários ordenados. Para atender às necessidades do trabalho e conseguir responder aos objetivos impostos inicialmente, seleccionaram-se os métodos de investigação documental e o estudo orgânico-funcional, que serão abaixo descritos.

A investigação documental (Silva, 2021) foi realizada para a concretização da revisão de literatura. Considera-se por investigação documental, que também pode ser designada de análise documental, um processo sistemático que permite analisar e avaliar documentos (sejam em formato físico ou eletrónico) e de que tipologia forem (Bowen, G. 2009). A investigação é de carácter qualitativo e pretende ajudar o investigador, após a análise e a interpretação do conteúdo, a conhecer os estudos, as conclusões e as teorias que foram feitos pelos seus pares nos anos e décadas anteriores relacionado com o seu tema de investigação.

Como Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019) explicam na sua obra *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, “quando um investigador inicia um trabalho, é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indirecta” (p. 66). Por este motivo, a necessidade de uma análise documental surge para que os estudos feitos *a priori*, mesmo que sejam do autor da investigação, não sejam deixados de parte, como se não existissem. A validação do trabalho dos nossos pares no estado da arte da nossa investigação possibilita que a mesma fique mais completa, pertinente e que possibilite um contexto histórico e académico aos leitores.

A nossa investigação documental decorreu em três passos: primeiro uma recolha de documentos, de seguida a seleção dos mesmos e, por fim, a sua análise e interpretação. A recolha de documentos foi elaborada em duas alturas distintas, primeiramente uma recolha mais geral em janeiro de 2023 e, posteriormente, uma recolha de documentos mais específicos em janeiro de 2024. Os termos utilizados para as pesquisas foram “aquivo”, “sindicato”, “Portugal” e “movimento sindical”, em ambas as línguas portuguesa e inglesa para que se conseguisse chegar a um maior número de resultados. Estes termos foram pesquisados com combinações diferentes, sendo utilizado principalmente o operador booleano “AND” e as aspas para delimitar expressões exatas. A procura de documentação foi realizada em diferentes bases: na Biblioteca de Conhecimento *Online*, no portal Repositórios Científicos de Acesso Aberto em Portugal, na base referencial *Web of Science* e, para a complementar a pesquisa, no motor de pesquisa *Google Académico*. A escolha destes locais deve-se à sua reputação na indexação de conteúdos e de referências bibliográficas, bem como ao fácil manuseamento e à sua subscrição pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o que permitiu o acesso a todos os documentos pretendidos. Não se inseriu quaisquer tipos de filtros, recolhendo-se conteúdos de diversas fontes - monografias, artigos, teses, materiais de conferências – idioma e geografia. Também não foi realizada delimitação temporal, pois concordou-se que qualquer data da documentação seria interessante para o contexto histórico e diferentes perspetivas. Após a análise e interpretação da documentação, foram ainda recolhidos ainda alguns documentos mencionados nas referências das obras já consultadas e que se consideraram pertinentes.

Após a recolha de informação, o passo seguinte consistiu na sua seleção. A concretização deste passo baseou-se nos critérios de escolha de obras sugeridos por

Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019), que são: “ligações com a pergunta de partida; dimensão razoável do programa de leitura; elementos de análise e de interpretação; abordagens diversificadas” (p. 71). Isto é, ao ver as referências existentes, leu-se o resumo dos documentos e procurou-se saber qual seria a pergunta de partida e os objetivos, se já havia sido recolhido um documento com observações e resultados semelhantes e se este seria enriquecedor ao nosso conhecimento. Por “dimensão razoável ao programa de leitura” entende-se uma recolha de documentos que não fosse demasiadamente exaustiva tanto em termos de dimensão como de repetição de resultados, pois o tempo para a investigação é limitado, tal como as capacidades do investigador. Posto isso, fez-se uma recolha de diversos documentos que tivessem abordagens e ideias diferentes sobre os temas sindicato e arquivos de sindicato que se achou acessível para fazer uma contextualização correta e cuja leitura pudesse ser exequível e não apenas superficial.

A análise e interpretação de dados foi o último passo da investigação documental. Com uma leitura cuidada e calma, foram-se tomando notas de aspetos importantes a refletir e a mencionar no Estado da Arte, tentando retirar o máximo de informações pertinentes de cada documento e a consolidá-las com outros argumentos ou teorias também a serem revistos.

O estudo orgânico-funcional (Ribeiro & Fernandes, 2001) foi o segundo e último método a ser utilizado para a elaboração deste trabalho. Um estudo orgânico-funcional é um estudo da estrutura orgânica e das funções da organização que está a ser investigada. Assim, achou-se pertinente utilizar este estudo como um dos métodos para a realização deste relatório de estágio devido ao facto de ser necessário ter um bom contexto da estrutura organizacional e funcional do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Pólo Peniche) para que se possa consecutivamente compreender o contexto de produção e acumulação da informação em análise e a tipologia de documentação existente no arquivo do mesmo.

A informação para a realização do estudo orgânico-funcional foi retirada de diversas fontes. Numa primeira fase foi utilizada informação da documentação física existente no arquivo estudado. De seguida, foi procurada no motor de busca Google informação atualizada pertinente sobre o sindicato. Para a pesquisa de informação legal, foram vistos os *sites* oficiais do *Diário da República* e o do *Boletim do Trabalho e do Emprego*. Dada a escassez da informação existente, foi-se ainda mais fundo na pesquisa, chegando-se a entrar em contacto com o Arquivo-Histórico Parlamentar da Assembleia da República

Portuguesa e o Arquivo da Torre do Tombo que, amável e rapidamente, nos forneceram a digitalização de diversos documentos (como estatutos e acordos entre sindicatos). Na fase final do trabalho foram ainda contactados alguns sindicatos e associações como a CGTP-IN e o Sindicato Nacional da Indústria Alimentar (STIAC) com o objetivo de rastrear mais informações sobre os últimos anos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro. A realização destes contactos permitiu uma compilação mais completa de informações para a realização do estudo-orgânico funcional.

3. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche)

Foi no Estado Novo (1933-1974), em Portugal, que se viu uma grande necessidade da criação de associações, sindicatos e grémios que estivessem sobre controlo do Estado, dando uma falsa sensação de liberdade no que é referente ao estatuto do trabalhador. Para ser possível atingir este fim, foi criado entre 1933 e 1935 um sistema corporativo em Portugal que ficou em vigor até 1974, altura em que caiu o regime ditatorial. Podendo ser designado como “Câmara Corporativa”, “o sistema corporativo foi sendo constituído como uma rede de organizações para-estatais fortemente hierarquizada e ligada ao centro de decisão política do Estado Novo através de vários órgãos” (Freire & Ferreira, 2016, p. 33). Como resultado da elaboração do sistema corporativo, foram criados cerca de 405 grémios de carácter obrigatório e facultativo dos diversos setores, principalmente nos ligados à indústria e ao comércio (Freire & Ferreira, 2016). Pode considerar-se como grémio uma corporação ou associação formada por pessoas que exercem a mesma profissão, sendo, no *Dicionário Online Priberam*, designado como uma “associação recreativa” (Priberam, *grémio*, 2024).

Deste modo, a criação dos grémios relativos à indústria de conservas de peixe surgiu nesta altura, sendo eles: o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Norte; o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Centro; o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Setúbal; o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Barlavento; e o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve.

Em 1937, influenciado pelo sistema corporativo salazarista, foi criado por Alvará de 4 de junho e publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, n.º 14, a 15 de junho de 1937, o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria. Com este Alvará foram também criados os *Estatutos do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria*, onde é possível identificar a missão do mesmo logo no Artigo 1.º do Capítulo I: “tem por fim o estudo e a defesa dos interesses profissionais dos seus associados e não associados, nos seus aspectos moral, económico e social” (p. 3). No Artigo 2.º do Capítulo I dos Estatutos do sindicato pode-se encontrar que a respetiva sede se localiza em Peniche. A influência do sistema corporativo encontra-se

logo no Artigo 10.º do Capítulo I dos Estatutos: “O Sindicato subordina tãda a sua actividade ao interesse superior da coletividade nacional e reconhece-se um factor de cooperação activa e leal com todos os outros factores do Estado Corporativo (...)” (pp. 5 e 6).

Tal como há grémios diferentes para representar zonas diferentes do país, o mesmo se sucedeu com os sindicatos. Para além do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria (que abrange os distritos de Leiria e Lisboa), existiam ainda os Sindicatos Nacionais dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos dos distritos do Porto, Setúbal e Faro.

A existência do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Centro (com a secção de sardinhas e espécies similares em molhos) e do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria fez com que ambos se juntassem e realizassem, em 1938, um Contrato Coletivo de Trabalho. Este contrato vigoraria para as fábricas dos centros de Peniche e da Nazaré de forma a uniformizar as cláusulas dos contratos de trabalho do centro para o distrito de Leiria. Caso houvesse necessidade poderiam sempre ser colocadas cláusulas adicionais, como foi o exemplo da Cláusula 42.^a, aprovada a 16 de dezembro de 1941, tendo sido adicionada ao contrato coletivo de trabalho de 25 de fevereiro de 1940.

Esta prática de união para a formação de acordos e contratos era realizada não só à escala regional, como também com carácter nacional. Por exemplo, a 5 de maio de 1945 foi publicado em separata do *Diário do Governo* um Contrato Coletivo para a Indústria de Conservas de Peixe. Este contrato unia os Grémios dos Industriais de Conservas de Peixe do Norte, Centro, Setúbal, Barlavento e Sotavento do Algarve com os Sindicatos Nacionais dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos dos Distritos do Porto, Leiria, Setúbal e Faro. Era um contrato com validade de um ano e prorrogável caso não houvesse necessidade de alterações do mesmo. Este tipo de contrato permitia, tal como o acordo regional, que houvesse uma normalização dos contratos coletivos de trabalho em toda a nação de forma a responderem não só às necessidades dos trabalhadores, como às crenças e exigências do Estado Novo.

No final de cada ano, era elaborado um balanço de cada sindicato, que seria posteriormente enviado para a Comissão de Inquérito aos elementos da Organização Corporativa. Em 22 de maio de 1946 foi, por exemplo, enviado o relatório do Sindicato

Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria relativo ao ano de 1945. Esse relatório permite-nos constatar que, até essa data, a sede do sindicato sediado em Peniche ainda não tinha um edifício próprio, os saldos do mesmo estavam guardados para a construção de um edifício sindical. É possível ainda constatar que o sindicato tinha 1.035 sócios, sendo 786 sócias operárias do género feminino e apenas 249 sócios operários do género masculino.

A 25 de abril de 1974, sucedeu-se a Revolução que instaurou de novo a liberdade em Portugal, terminando com a ditadura salazarista. A alteração do regime português trouxe grandes mudanças e reformas do ponto de vista político, económico e social, que eliminaram a repressão de vários grupos, bem como das suas ideias, restaurando novamente a liberdade de expressão. Deste modo, o sistema corporativo também acabou por se desincorporar: “O ano de 1974, representa a *versão final* do sistema, que a mudança de regime político desse ano conduziu ao desmantelamento” (Freire, & Ferreira, 2016, p. 45).

Foi a 12 de setembro de 1974 que saiu o Decreto de Lei n.º 443/74, publicado no *Diário do Governo* n.º 213/1974, Série I de 1974-09-12 onde, ao abrigo do Programa do Governo Provisório, se definiu a “extinção progressiva do sistema corporativo e a sua substituição por um aparelho administrativo adaptado às novas realidades políticas, económicas e sociais” (p. ?). A eliminação do sistema corporativo fez com que as organizações corporativas que tivessem decorrido do mesmo fechassem portas, de forma a ser possível criar novas, ou reformar as antigas, que refletissem a nova situação política e social do país. Assim, a 23 de junho de 1975, na publicação do *Diário do Governo* n.º 142/1975, Série I, publicou-se o Despacho ministerial do Ministério da Agricultura e Pescas – Secretaria de Estado das Pescas, que decretava a extinção efetiva, a 31 de março de 1975, dos Grémios dos Industriais de Conservas de Peixe do Norte, Centro, Setúbal, Barlavento e Sotavento do Algarve. Para que os sócios dos grémios não fossem prejudicados, as atribuições dos Grémios foram transferidas para o Instituto Português de Conservas de Peixe, que se comprometeu a auxiliar os operários nos pagamentos de renumerações, pensões e reformas, bem como a sua assistência até a resolução da situação.

No decorrer destas reformas, a 30 de abril de 1975 saiu o Decreto-Lei n.º 215-B/75, publicado no *Diário do Governo* n.º 100/1975, 1.º Suplemento, Série I. Este Decreto-Lei tinha como propósito regular a liberdade sindical por parte dos trabalhadores, definindo

as “bases de ordenamento jurídico das associações sindicais”. Aqui fica não só esclarecido o que é um sindicato, federação, etc., como quais os direitos e deveres de um sócio de uma associação sindical, revogando leis criadas anteriormente. No Capítulo II, artigo 6.º, alínea 2 deste documento, pode ler-se: “As associações sindicais são independentes do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas, sendo proibida qualquer ingerência destes na sua organização e direcção (...)” (p. ?). Posto isto, verifica-se a separação do Governo e organizações patronais do funcionamento das associações sindicais, algo inexistente no Estado Novo.

É apenas a 2 de agosto de 1975 que o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria sofre grandes alterações. No *Diário do Governo* n.º 11/1975, Série III, p. 5989, este sindicato altera de designação para a que está atualmente em vigor, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro. O sindicato mantém a sua sede em Peniche, mais precisamente na Rua D. Luís de Ataíde, n.º 130, 1.º Esquerdo, e a área da sua atividade nos distritos de Lisboa, Leiria e Coimbra. Neste documento, são também publicados os Estatutos do sindicato já em conformidade com a nova situação política de Portugal.

O sindicato continuou em funções, colaborando em diversos Contratos Coletivos de Trabalho para a indústria de conservas de peixe em sintonia não só outros sindicatos do mesmo setor, bem como com outros órgãos políticos e organizacionais que foram surgindo.

A 30 de julho de 1982 saiu o *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 14, Série 3, que declarou a extinção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos de Setúbal. Esta extinção decorreu de uma fusão, mencionada também neste *Boletim*, dos dois sindicatos agora extintos com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas tinha a sua sede em Santarém, mas manteve uma delegação em Peniche, que existiu apenas durante os primeiros anos desta união.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas foi criado após a Revolução de 1974 pelos trabalhadores da indústria agroalimentar e da indústria do tomate para que não só tivessem quem os representasse como para conseguirem criar

um Contrato Coletivo que fosse aplicável à sua situação. Após a fusão dos sindicatos, esta associação sindical passou também a representar os trabalhadores de todos os subsetores da indústria alimentar e de bebidas.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas passou a ter uma representação de âmbito nacional em 2021, o que levou a uma alteração do seu nome para Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Alimentar. A sede deste sindicato continua em Santarém e a sua representação pela luta, direitos e deveres dos trabalhadores vigora até hoje.

4. Organização do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche)

Este capítulo tem como propósito refletir e descrever todo o processo do estágio que também auxiliou a realização do estudo orgânico-funcional realizado no capítulo anterior. Numa primeira parte, irá ser mencionado o porquê da necessidade de organização de um arquivo. De seguida, uma descrição material sobre o arquivo, bem como as tarefas desenvolvidas e, por fim, uma reflexão sobre todo o trabalho efetuado e os seus resultados.

4.1 Organização Arquivística

A imprescindibilidade de organização, ordenação e /ou classificação das instituições de memória deriva da sua própria conceptualização e definição. Uma definição simplificada e de fácil acesso encontra-se no Dicionário *Online Infopédia da Língua Portuguesa*, que regista que arquivo é um “conjunto ordenado de documentos resultantes da atividade de uma entidade ou de um serviço”. Ponderando esta definição, podemos afirmar que a organização e a ordenação são das mais importantes características para a existência, sobrevivência e cumprimento da função de um arquivo.

Tendo em conta a sua importância, veremos de seguida a definição de organização. Organização é um “conjunto de operações intelectuais e físicas que consistem na análise, estruturação e ordenação dos documentos de arquivo, e seu resultado” (ISAD(G), 2002, p. 14). O *Glossário de Termos Arquivísticos* da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2018) adiciona ainda a esta definição que “a organização dos arquivos intermédios e definitivos tem de atender aos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original” (p. 7). Posto isto, é possível reconhecer que a concretização de uma organização correta permite que um arquivo possa ser estudado e entendido de diversas formas e vertentes, podendo também ser compreendido por qualquer pessoa.

Em suma, podemos averiguar que a organização, física e intelectual, de um arquivo é o elemento imprescindível para o cumprimento das suas funções. Contudo, a organização e a ordenação de um arquivo não são fáceis de reconstituir, visto que cada profissional de

informação organizava o seu arquivo como achava melhor e mais correto. A inconsistência de organização trouxe a debate no mundo da arquivística a necessidade de uma normalização e uniformização das práticas desenvolvidas em arquivo.

Desta forma, foram criadas várias diretrizes nacionais e internacionais com o intuito de ajudarem a uniformização da organização de um arquivo. As normais internacionais mais conceituadas são a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)*, a *Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias – ISAAR(CPF)*, a *Norma Internacional para Descrição de Funções – ISDF*, e a *Norma Internacional para a Descrição de Instituições que Custodiam Fundos de Arquivo – ISDIAH*, visto que a RiC (*Records in Context*) ainda não se encontra consolidada. Já em Portugal, foi criada a Norma Portuguesa 405 – NP 405, sendo esta, porém, especificamente de terminologia arquivística. Para a descrição arquivística, temos as *Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)*, na terceira edição, produzidas pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Sabendo as definições de arquivo e de organização, bem como dispondo já de um breve entendimento sobre as normas existentes para a normalização arquivística, o próximo passo é considerar o que é um documento de arquivo. O *Dicionário Arquivístico/Gestão de Informação* da Secretaria-Geral da Economia e Transição Digital da República Portuguesa define documento de arquivo como um “Registo, num suporte perdurável, da atividade de uma pessoa ou instituição, no decorrer das suas funções, que se destina a ser conservado como título de prova ou informação.” (p. 6). A ISAD(G) acrescenta ainda a esta definição que um documento de arquivo pode ser uma “Informação de qualquer tipo, registada em qualquer suporte, produzida ou recebida e conservada por uma instituição ou pessoa (...)” (p. 13). Com estas definições, podemos concluir que um documento de arquivo pode ser qualquer tipo de informação em qualquer tipo de suporte (como físico ou digital), podendo ser jornais, cartas, recibos, registos, diários, fotografias, livros, manuscritos, etc. É ainda relevante acrescentar que um documento de arquivo deixa de fazer sentido e de ter contexto quando é retirado do seu contexto de produção, pois está “sempre ligado a um produtor e, conseqüentemente, às suas funções e atividades” (Marques, 2016, p. 28).

Os documentos de arquivo dividem-se ainda em documentos simples e documentos compostos. Considera-se um documento simples o documento que surge de uma única ação, que por si só tem valor e não é dependente de outros. Por sua vez, os documentos

compostos são aqueles decorrem de um processo, podendo inclusive um documento composto ser constituído por diversos documentos simples (Ramalho, et al., 2007).

Conhecendo todas estas definições e informações sobre um arquivo, os seus documentos e a sua organização, passemos para o entendimento do que é um fundo, um quadro de classificação, as secções e subsecções e, ainda, as séries.

Uma definição simples e clara de fundo é a do *Dicionário Arquivístico/Gestão de Informação* da Secretaria-Geral da Economia e Transição Digital da República Portuguesa que refere, transcrevendo o conceito do *Dicionário de Terminologia Arquivística* (Alves, et al., 1993, 52) que um fundo é um “Conjunto orgânico de documentos de arquivo de uma única proveniência. É a mais ampla unidade arquivística.” (p. 8). É possível assim afirmar que a existência de um fundo dentro de um arquivo provém da necessidade de separar e distinguir os documentos produzidos pela instituição ou pessoa e respeitando o princípio da proveniência (Marques, 2016).

Sendo um fundo um conjunto de documentos de um arquivo, é necessário haver um método de organização destes mesmos documentos. Para esse fim, utiliza-se, por norma, um quadro de classificação. Um quadro de classificação é “um método sistemático de organização de um arquivo, que permite a organização da documentação intelectual e hierarquicamente desde a sua produção, sendo importante para a compreensão plena do fundo (...)” (Marques, 2016, p. 35). Assim, a criação de um quadro de classificação dentro de um arquivo é fundamental para o entendimento deste, pois descreve todos os documentos e a sua relação hierarquicamente. A estruturação hierárquica dos fundos é normalmente composta da seguinte forma: Fundo, Secção, Série e Documento, podendo estes acolher subdivisões.

Já sabendo o que é um fundo, um quadro de classificação e um documento de arquivo, passemos para a secção e a série. A secção é uma subdivisão do fundo. Está ligada à classificação e à divisão orgânico-funcional do fundo, correspondendo à estrutura hierárquica. A criação de secções (e/ou subsecções) pode estar relacionada com a organização interna da instituição, podendo estar cada secção relacionada com a atividade ou função da instituição. Cada secção tem séries. As séries são “grupos documentais, que testemunham atividades concretas no âmbito do desenvolvimento de determinadas funções” (Marques, 2016, p. 36). Deste modo, as séries são compostas por documentos

simples e/ou documentos compostos que refletem a atividade da função e podem ainda estar divididas em subséries (Marques, 2016).

Para complementar as definições acima referidas e de forma a dar uma imagem da estrutura hierárquica que um arquivo normalmente tem, elaboramos a Figura 3.

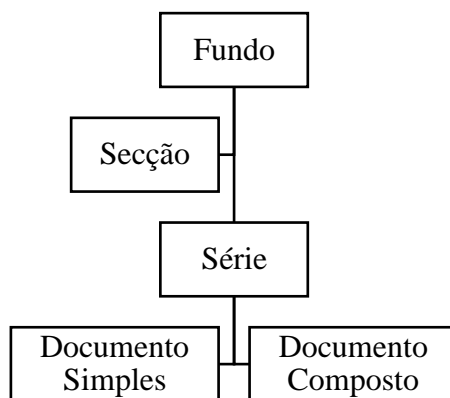


Figura 3. Estrutura hierárquica de um arquivo

Após a organização, ordenação, tratamento e instalação definitiva de um arquivo, o último passo da organização arquivística é a elaboração de documentos de acesso e entendimento de um arquivo para que seja possível identificar rapidamente o local e qual o acervo existente no arquivo. Exemplos de documentos a poderem ser elaborados são: guias, inventários, índices e catálogos (Alonso, 1981).

A partir desta reflexão sobre organização arquivística, iremos avançar para a descrição da realização do estágio, da documentação do arquivo, bem como a sua higienização, organização física e os resultados.

4.2. Realização do estágio

O estágio curricular deu-se na Câmara Municipal de Peniche, no período de tempo compreendido de 30 de janeiro de 2023 a 06 de abril de 2023 e com o número total de 202 horas. O estágio recaiu sobre a documentação do fundo de arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche) e teve os seguintes objetivos: identificação e caracterização da entidade produtora -

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche); higienização da documentação; identificação, organização e representação da informação; informatização da informação com recurso ao *software* AtoM.

A documentação que deu origem ao arquivo do sindicato estava guardada numa casa particular, que havia sido outrora a sede do sindicato do Centro (Peniche) e que, no momento de transição de sede para uma habitação particular, havia ficado guardada num armário e na rua. Esta documentação foi resgatada pela Mestre Ana Batalha e, atualmente, está sobre custódia da Câmara Municipal de Peniche.

A documentação era de tipologia diversa, nomeadamente registos e cédulas de operários, contratos coletivos de trabalho de diferentes indústrias, actas de reuniões, panfletos e jornais de propaganda sindical e documentos contabilísticos (como registos de pagamentos e recibos). Grande parte da documentação é posterior a 1975 e estava desorganizada, estando distribuída em gavetas de um armário de madeira. Já havia sido efetuado um trabalho a nível organizacional, nomeadamente a organização de algumas cédulas de trabalhadores e uma parcela das mesmas também já tinha sido digitalizada e inserida numa base de dados em *Access*.

No início do estágio, deparei-me com 27 unidades de instalação (caixas). 21 continham documentos de registo de operários que já estariam organizados em caixas de cor preta numeradas e identificadas, estando também 6 caixas com documentos já digitalizados e com a sua descrição, inserida num ficheiro em *Access*, criada previamente. As restantes 6 caixas consistiam em gavetas do antigo armário, que continham documentação diversificada, ainda por organizar. Podemos agora observar as seguintes figuras:



Figura 4. Documentação do arquivo



Figura 5. Documentação dentro das unidades de instalação consideradas já organizadas



Figura 6. Documentação encontrada dentro das gavetas do armário

Todas as figuras correspondem a fotografias tiradas pela autora no primeiro dia de estágio, quando conheceu a documentação que viria a trabalhar. A Figura 4 apresenta a organização da documentação em unidades de instalação (caixas), ou seja, é o primeiro impacto que obtivemos da documentação e respetiva organização.

Como referido anteriormente, supunha-se que as caixas pretas numeradas até ao número 21 estivessem já organizadas. Contudo, percebeu-se, como se pode confirmar na Figura 5, que a documentação não estaria organizada segundo as normas da ISAD(G) ou outra qualquer, mas sim estava amontoada numa unidade de instalação (caixa) e caso quiséssemos ver um registo em específico tínhamos de retirar toda a documentação lá existente. Para adicionar, as unidades de instalação estavam somente identificadas com um número, e as unidades de instalação com documentação não digitalizada ou inserida no ficheiro em *Access* não tinham a informação da documentação acondicionada.

Já a Figura 6 apresenta-nos a diversidade de documentação, bem como a sua disposição, nas gavetas que viriam a ser alvo de maior intervenção, não só devido à necessidade da sua organização, como à importância de intervenção para a conservação da documentação.

Após a apreciação e a compreensão do estado e disposição da documentação, iniciou-se a atividade de higienização e organização física da documentação.

4.2.1 Higienização

A higienização da documentação é um dos elementos mais importantes no tratamento de documentação arquivística. Este passo permite “eliminar os agentes responsáveis pela deterioração, desde poeira e detritos de micro-organismos a materiais corrosivos” (Marques, 2016, p. 98). Posto isto, considerou-se necessário realizar uma intervenção para a conservação da documentação tendo em vista a sua preservação, não arriscando mais danos na documentação do que aqueles já causados.

Este processo realizou-se na sala de trabalho do arquivo, tendo sido utilizadas luvas de algodão e máscaras cirúrgicas para proteção pessoal dos ácaros e micro-organismos que pudessem existir. A higienização de cada documento realizou-se no

momento em que o mesmo saía do seu lugar e antes de voltar a ser acondicionado e colocado numa nova localização.

Foi utilizada uma trincha macia para a realização de uma escovagem com efeitos de remoção das poeiras, documento a documento, e após isso foram retirados todos os elementos corrosivos, como agrafos e cliques. Estes materiais corrosivos encontravam-se com ferrugem, que ficou marcada nos documentos, bem como algumas marcas de bolor e sujidade foram encontradas, mas impossíveis de remover dos documentos. As unidades de instalação recentes, como as caixas pretas, foram reutilizadas para a colocação de documentação, por isso foram apenas escovadas para a remoção das poeiras.

4.2.2 Organização física da documentação

Simultaneamente ao processo de higienização da documentação foi elaborado um processo de organização e ordenação da documentação.

A importância da organização já referida anteriormente refletiu-se principalmente neste ponto. O primeiro passo foi retirar toda a documentação existente nas gavetas do armário e dividi-las por tipologias, sendo a maior parte da documentação registos de operários, estatutos e contratos coletivos de diversos anos e secções. Após uma separação de toda a documentação, de forma a haver um entendimento sobre as quantidades da mesma, procedeu-se a uma ordenação da série que se relevou de maior relevância, a dos registos dos operários.

A ordenação da documentação relativa à série dos registos dos operários seguiu a ordem já existente, que acreditamos ser a original. Os documentos foram ordenados por ordem alfabética, seguindo a inicial do nome próprio, o que nos demonstra de que forma era organizada a documentação na secretaria do sindicato e como era preferível procurar o registo de cada operário. Continuando a forma organizacional existente, os documentos de registo dos operários foram separados numa primeira fase pela inicial do nome, em vários montes distintos e posteriormente ordenados alfabeticamente dentro de cada letra do alfabeto.

A restante documentação ficou separada por tipologia em maços distintos para, num momento posterior, ser também alvo de uma ordenação e intervenção.

4.3. Resultados

A concretização do estágio, ao mesmo tempo que era feito um estudo orgânico-funcional do sindicato, beneficiou não só para o arquivo, que acabou por ter uma intervenção, como colaborou para o ganho de alguma experiência e colocação em prática da teoria aprendida nas unidades curriculares do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação.

No decorrer da organização e ordenação deste arquivo, foi possível retirar algumas conclusões relativamente à documentação, sendo assim possível efetuar uma análise da mesma, em diversas fases. Numa primeira fase, fez-se a delimitação temporal, a identificação do fundo em geral e das séries e, por último, o tratamento da série selecionada para intervenção no estágio.

Delimitou-se temporalmente a documentação entre os anos 1974 e 1984. Como visto no Capítulo 4, em 1974 deu-se a Revolução da Liberdade em Portugal o que fez com que se procedesse também a uma revolução interna do sindicato. Foi não só alterado o seu nome, como os respetivos estatutos e houve também uma eliminação em massa de grande parte da documentação com o objetivo de apagar os vestígios do passado. Apesar da extinção do sindicato em 1982, a existência breve de uma delegação do “novo” sindicato em Peniche justifica a existência de documentação entre 1982 e 1984.

Conseguiu-se a identificação de um fundo, o fundo do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria das Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche) e de cinco séries dentro deste fundo, sendo elas:

- *Registos dos Operários* (1974-1983);
- *Contratos Coletivos de Trabalho* (1975-1984);
- *Estatutos* (1975-1984);
- *Jornais* (1974-1979);
- E, por fim, *Documentos Administrativos* (1976-1982).

As séries dos *Contratos Coletivos de Trabalho* e dos *Estatutos* continham documentação diversa relativa a vários contratos coletivos de trabalhos de indústrias de conservas diferentes e também estatutos de trabalhadores, como por exemplo: Contrato

Coletivo de Trabalho Vertical para a Indústria de Conservas de Peixe por Azeite Molhos e Salmoura; Contrato Coletivo de Trabalho Vertical para a Indústria de Conservas de Peixe e Outros Produtos Alimentares Pelo Frio. Estes contratos são datados de diferentes anos e há diversos exemplares referentes a cada um deles, acreditando-se que estes fossem distribuídos aos trabalhadores pertencentes ao sindicato para que estivessem ocorrentes dos seus direitos e deveres.

Por sua vez, a série dos *Documentos Administrativos* é composta por documentação de tipologias diferentes, sendo principalmente páginas soltas de documentos tais como actas de reuniões, recibos dos pagamentos e panfletos de propaganda de teor sindical. Esta documentação, apesar de ser em menor quantidade, ajuda-nos a ter um pouco a perceção do funcionamento do sindicato e da organização interna do mesmo. Em estudos posteriores, esta série factícia pode ser objeto de reorganização e dar origem a três séries distintas: *Actas de Reuniões*, *Recibos*, e *Panfletos*.

Já a série dos *Jornais* trouxe-nos um conhecimento sobre a propaganda a nível regional e/ou nacional dos sindicatos e do seu papel. É uma série composta por revistas e jornais de cariz sindical e caricato, com datas e proveniências diferentes (tendo-se encontrado, por exemplo, revistas espanholas). O estudo da série dos jornais seria interessante numa perspetiva futura relativamente à propagação do movimento sindical nacional e internacionalmente e de que forma este tipo de propaganda era realizada e chegava aos mais diferentes sindicatos.

Tendo em consideração as necessidades do arquivo e da Câmara Municipal de Peniche, estabeleceu-se que a série que seria alvo de intervenção (higienização e organização) seria a dos *Registos de Operários*. Esta documentação é baseada em fichas e livretes de identificação dos operários sindicalistas que continham os seus dados pessoais e as suas afiliações. Com a análise dos registos de operários, podemos averiguar várias informações sobre os operários das fábricas e ao mesmo tempo realizar um estudo sociológico, analisando parâmetros como a idade média dos operários, o género, estado civil e até as suas tarefas e, eventualmente, a proveniência geográfica. Podemos ver um exemplo destes registos na Figura 7.

G. I. C. P. C. — Registo Geral dos Operários — N.º 7.573
 Centro de Porta-Brandão Fábrica Vaccheri & Lemos, L.D.ª

IDENTIFICAÇÃO

Nome CELESTE DA CONCEIÇÃO ALVES BACEIRA
 Natural de S. Pedro da Cadeira - Torres Vedras
 Data do nascimento 5 / 10 / 930 Idade 39 anos
 Categoria de operário Manipuladora Inscrita LIVRETE
 Sexo Feminino Estado Casada
 Filiação José Alves e Doroteia da Conceição N.º G. C. 4.491
Morada Est. da Banática - Vila Rei
 Observações _____

 Data 12 / 12 / 969




Figura 7. *Registo de Operário*

Como refere Suzete Marques (2016), a “ordem original fornece informação sobre o próprio contexto de produção dos documentos, logo, deve ser respeitada sempre que seja possível identificá-la” (p. 99). Após uma análise geral da documentação, foi possível identificar o método de organização de documentação original dos documentos, sendo este a ordem alfabética a partir da inicial do nome próprio. Seguindo o mesmo método organizacional dos registos já organizados, foi possível fazer uma análise física e intelectual da documentação. Identificou-se que no momento da produção de cada registo este era colocado numa gaveta com separadores de alfabeto para ser recuperado mais tarde, quando necessário. A maioria dos registos estava acompanhada de um livrete de operário que tinha não só os dados de cada operário, bem como um registo datado e assinado com um carimbo de todas as fábricas por onde os operários passavam.

Todos os documentos que foram separados e organizados fisicamente, de todas as séries, foram colocados temporariamente em prateleiras e caixas/gavetas previamente higienizadas. Como o acervo não foi todo organizado, esta localização temporária foi com o intuito de serem inseridos num trabalho futuro em unidades de instalação para acondicionamento definitivo e identificadas para que seja conseguido um acesso fácil e eficaz à documentação.

Como resultado da organização física dos registos dos operários (apesar de não terem sido na totalidade), foi elaborada uma lista com os nomes dos operários, bem como a localização temporária dos seus registos, que se encontrará em apêndice.

4.4. Limitações encontradas

Apesar de todas as regalias que a realização deste estágio revelou e de todas as condições positivas que o mesmo teve, constatou-se que o mesmo foi precedido de algumas limitações.

Em primeiro lugar, a falta de tempo. O nível de intervenção que era exigido para este arquivo, bem como todo o processo implicado, não permitiu a sua execução nas 202 horas de estágio realizadas. Assim sendo, não foram concretizados todos os objetivos do estágio sendo deixado ao longo deste trabalho várias sugestões para trabalhos futuros que possam ser prosseguidos.

Em segundo lugar, o acesso à *Internet*. A sala onde foi elaborado o estágio não tinha acesso à *Internet*, de modo que se tornavam complicados a utilização e o estudo da plataforma AtoM, estando ao lado dos documentos que se pretendiam lá inserir. Sendo apenas possível fazer uma análise do ficheiro *Access* criado anteriormente e que foi pertinente para entender o estado de organização da documentação.

A falta de informação encontrada online relativamente ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro limitou também um pouco a pesquisa e delimitação temporal da documentação encontrada no arquivo. Como não se conseguiu delimitar temporalmente a data de término do sindicato, o estudo aprofundado sobre a documentação do mesmo torna-se incompleta.

Conclusão

O movimento sindicalista foi um dos movimentos mais importantes para os operários de todo o mundo. Com a criação de organizações corporativas como os sindicatos, os trabalhadores passaram a ser representados no Estado, não de forma política, mas tendo os seus direitos defendidos no âmbito laboral.

A conservação de documentos de arquivo permite a preservação da história da sua organização ou instituição. O trabalho de um profissional de informação é fulcral para a preservação da memória que permitirá a gerações futuras conhecerem as instituições e o seu papel social. No caso de um sindicato, a situação mantém-se. É graças à organização dos arquivos de sindicato que podemos verificar a sua história, bem como toda a sua luta pela aquisição de direitos e melhores condições de trabalho e de vida pelos trabalhadores.

O estágio foi realizado com o pressuposto de responder a um conjunto de objetivos enumerados inicialmente na introdução. Findo o estágio e o trabalho escrito é possível apurar que todos os objetivos foram cumpridos e permitiu-nos conhecer um pouco melhor este sindicato, bem como a necessidade da existência de um arquivo de sindicato organizado.

O primeiro objetivo, o da intervenção na documentação foi gratificante não só para a compreensão do que é o trabalho físico dentro de um arquivo, bem como para conhecer todo o processo que deve decorrer para o tratamento técnico da documentação. Apesar de não ter havido tempo para dar a intervenção que o arquivo precisa, foi um bom avanço pelo menos para se ter um conhecimento geral do que existe.

O segundo objetivo, o do estudo em concreto do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro, permitiu compilar um conjunto de informação relativo ao contexto histórico deste sindicato, compilação esta inexistente anteriormente e que pode igualmente servir de partida para um trabalho mais aprofundado que possa surgir no futuro.

O terceiro e o quarto objetivos, que eram a organização arquivística do arquivo do sindicato e a elaboração da lista de nomes de operários sindicalizados foram igualmente bem-sucedidos. Apesar da existência de limitações que já foram apontadas, considera-se que o trabalho realizado com o tempo que se teve foi positivo e ajudou para, pelo menos, avançar com o estudo da documentação do arquivo.

A realização deste estágio resultou num conjunto de conhecimentos de carácter técnico, tendo adquirido conhecimentos práticos sobre a profissão de um profissional de informação e também sobre o próprio sindicato de forma mais específica. Este relatório de estágio permitiu uma junção de conhecimentos sobre o movimento sindicalista, dentro e fora de Portugal, e também um retrato da história de um sindicato português, podendo assim analisar a forma com este tipo de organização corporativa exercia funções e colaborava com os operários sindicalizados.

Apesar de se ter mencionado sugestões para trabalhos futuros ao longo do texto, são aqui deixadas propostas para a realização de trabalho futuro que possam surgir partindo do trabalho e estudo realizado ao longo deste relatório de estágio. Um exemplo seria a finalização da organização e ordenação física da documentação do arquivo do sindicato, trabalho este que permitisse também completar a lista de nomes de operários sindicalizados que segue em apêndice. Outra sugestão de proposta futura seria a concretização de um estudo orgânico-funcional mais aprofundado e completo onde fosse possível explorar a ligação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro com todos os outros sindicatos distritais existentes. Saindo um pouco da área da documentação e informação, deixa-se também uma proposta de um estudo sociológico, que analisasse o tipo de operário que existia na zona de Peniche, sendo possível considerar fatores tais como a idade, o género, as vestes, o estado civil, entre outros.

Um arquivo de sindicato tem a sua história e essência na documentação que foi guardada e preservada por longas décadas. A partir de registos de operários, de estatutos e até de panfletos e jornais de propaganda, podemos analisar a história do sindicato, bem como o movimento sindicalista que o antecedeu e acompanhou. No caso do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Centro (Peniche), podemos verificar que intervenção que nele foi realizada foi fundamental para a continuação do estudo deste sindicato, bem como para o restauro da documentação e informações que o seu arquivo preserva.

É apenas com o tratamento técnico e o estudo da documentação de um sindicato que podemos contar a sua história e celebrar os seus feitos na luta dos operários para a salvaguarda de direitos e deveres dos trabalhadores, muitos dos quais vigoram até aos dias de hoje e permitiram a qualidade de vida e de trabalho que podemos usufruir.

Bibliografia

- Alonso, V. C. (1981). Los documentos y su tratamiento archivístico. *Anabad*, XXXI(3), 365–381.
- Alves, P. M., & Areosa, J. (2022). Sindicalismo: um passado portador de futuro Trade unionism: a past with a future. *Ser Médico Veterinário: Riscos e Desafios. Sindicato Nacional Dos Médicos Veterinários*.
- Arquivo, C. I. (1995). *ISAD(G)- Norma geral internacional de descrição arquivística*. Cadernos BAD, (2). <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.2420>
- Arquivo Histórico Parlamentar [Lisboa]. (1940). *Acordo Adicional*, Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria, cx. 29, nº 9.
- Arquivo Histórico Parlamentar [Lisboa]. (1946). *Alvará*, Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria, cx. 29, nº 9.
- Arquivo Histórico Parlamentar [Lisboa]. (1938). *Contrato coletivo de trabalho*, Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria, cx. 29, nº 9.
- Arquivo Histórico Parlamentar [Lisboa]. (1941). *Estatutos*, Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria, cx. 29, nº 9.
- Arquivo Histórico Parlamentar [Lisboa]. (1945). *Separata do «Diário do Governo» de 5 de maio de 1945*, Contrato Coletivo de Trabalho para a Indústria de Conservas de Peixe, cx. 29, nº 9.
- Barreto, J. (2000). Os sindicatos nacionais do Estado Novo. In *Dicionário de História de Portugal (IX)*, pp. 436–445). Figueirinhas.
- Barros, T. H. B., & Sousa, R. T. T. B. de. (2019). Organização do Conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. *Informação & Informação*, 24(2), 76. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n2p76>
- Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência n.º 14 de 1937-06-15.

- Boletim Estatístico (GEP/MTSSS). (2024). *DataLabour - Taxa de sindicalização dos trabalhadores*. DataLabour.
- Borges, A. (2006). A origem e papel dos sindicatos. In *Trabalho elaborado durante o .1º módulo do Curso Nacional de Formação Político-Sindical* (pp. 1–10).
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Camayd, Y. R., & Freire, E. E. (2020). Estratégias metodológicas de investigação nas ciências sociais. *Revista Conrado*, 16(77), 65–73. <https://orcid.org/0000-0001-5879-5035>
- Campenhoudt, L., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (Ed. rev. e aumentada). Gradiva.
- Cardosa, J. L., & Ferreira, N. E. (2016). A Câmara Corporativa e o Estado Novo em Portugal (1935-1974): competências, interesses e políticas públicas. In *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina* (pp. 101–127). Fundação Getúlio Vargas.
- CGTP-IN. (n.d.). *Estatutos da Confederação Geral dos Trabalhadores*. CGTP-IN.
- Cid, B. M. (2019). *Sindicalismo: um contributo para a compreensão da sua diminuição junto dos trabalhadores mais jovens*. [Dissertação de mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/18945>
- Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses– Intersindical Nacional (CGTP-IN). (2024). *Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses– Intersindical Nacional*.
- Coutinho, C. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Almedina.
- Decreto de Lei n.º 215-B/75 do Conselho de Revolução. (1975). Diário do Governo n.º 100/1975, 1.º Suplemento, Série I de 1975-04-30. [Decreto-Lei n.º 215-B/75 | DR \(diariodarepublica.pt\)](#)
- Decreto de Lei n.º 443/74 do Ministério da Economia. (1974). Diário do Governo n.º 213/1974, Série I de 1974-09-12. [Decreto-Lei n.º 443/74 | DR \(diariodarepublica.pt\)](#)
- Despacho ministerial n.º 142/1975 do Ministério da Agricultura e Pescas: Secretaria de Estado das Pescas. (1975). Diário do Governo n.º 142/1975, Série I de 1975-06-23. [Despacho Ministerial | DR \(diariodarepublica.pt\)](#)

- Diário do Governo nº177/1975, Série III, de 1975-08-02. (1975). Diário do Governo n.º 177/1975, Série III de 1975-08-02 | DR (diariodarepublica.pt)
- Dias, H. (2018). Os Recursos de Poder do Sindicalismo Português. *Revista Da ABET*, 17(2), 211–235.
- DGERT. (2024). *Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)*.
- Druck, G. (1996). Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. *Caderno CRH*, 24/25, 21–40.
- Farber, H. S. (2001). Notes on the Economics of Labor Unions, *Working Papers (Princeton University. Industrial Relations Section)*, 452.
- Freire, D., & Ferreira, N. E. (2016). Construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974). In *Organizar o país de alto a baixo: políticas na edificação corporativa na Estado Novo português* (pp. 31–51). <https://hdl.handle.net/1822/84945>
- Goettert, J. (2014). *Introdução à História do Movimento Sindical* (3ª Edição). <http://cnte.org.br/index.php/secretarias/formacao.html>
- Guerra, P. (2023). *Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho Estudo orgânico-funcional: 1885-2020*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/56009>
- Guimarães, J. A. (2009). Abordagens teóricas de tratamento técnico da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental (1). *Ibersid*, 105–117.
- Hirschman, A. (1970). *Exit, Voice and Loyalty*. Harvard University Press.
- Hoffmann, J. (2000). *Trade Unions in Europe: facing challenges and searching for solutions*. ETUI.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1968). *C.C.T. Indústria de Conservas de Peixe*, Ministério das Corporações e Previdência Social, l. 27, n. 84.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [Lisboa]. (1969). *Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Leiria*, l. 27, n. 708.
- Marques, A. J., & Stampa, I. T. (2012). *Arquivos do Mundo dos Trabalhadores - Coletânea do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória e*

Resistência. Arquivo Nacional, CUT.
https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000783974&local_base=UFR01

- Marques, S. L. (2016). *A organização arquivística: o fundo administração do Concelho de Torres Vedras*. Coleção Ciências da Informação. Colibri. Lisboa. ISBN: 9789896890766
- Marx, K., & Engels, F. (1848). *Manifesto do Partido Comunista* (edição de 1997). Avante.
- Parrela, I., & Nascimento, A. (2019). Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 24(Special Issue), 176–188. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3901>
- Pimenta, R. M. (2009). Construindo conhecimentos através do espaço sindical francês: um olhar sobre a informação e o papel do arquivo junto a uma política de memória militante. *Perspetivas Em Ciência Da Informação*, 14, 120–132. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000400009>
- Pinheiro, M. I. da S., & Fonseca, O. (2007). Organização documental: uma nova perspectiva para o Arquivo Municipal Prof. Arnaldo Beber. *Cadernos BAD*, 2, 21–26.
- Porto Editora. (2024, 15 de janeiro). *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*.
- Pousinho, N. (2021). *O surgimento do operário*. RTP Ensina: Explicador.
- Poy, L. (2021). O lugar da International Association of Labour History Institutions na história dos arquivos e bibliotecas do movimento operário. *Mundos Do Trabalho*, 13, 1–13.
- Priberam. (2024). *Dicionário Priberam da língua portuguesa*.
- Quintas, A., Janeiro, J., & Araújo, P. (2020). Contributos para a história do sindicalismo: Sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do Sul - delegação de Évora. *História Do Movimento Operário e Conflitos Sociais Em Portugal*, 49–57. <https://doi.org/10.34619/hjtn-wc04>
- Ramalho, J. C., Ferreira, M., Castro, R., Faria, L., Barbedo, F., & Corujo, L. (2007). XML e Preservação Digital. *XATA - XML: Aplicações e Tecnologias Associadas*.
- Ribeiro, F., & Fernandes, M. E. M. (2001). *Universidade do Porto. Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. <https://hdl.handle.net/10216/56681>

- Rio, C. P. de O. do. (2004). Trabalho, sindicato e consciência de classe: o debate (ainda) necessário. *Educação Em Debate*, 1(47), 34–42.
- Rodrigues, S. (2015). *O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/24537>
- Rua, A., et al. (2013). Sobre os sindicatos, a sindicalização e o prémio sindical. *Banco de Portugal - Boletim Económico, Artigos II*, 65–76.
- Silva, C. G. da. (2021). Investigação Documental. In Gonçalves, S. P., Gonçalves, J. P., Marques, C., (Coord.) – *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações*. (pp. 103-123). Lisboa: Pactor.
- Silva, C. G. da, & Corujo, L. (2022). Organização do conhecimento e arquivística: relações e prismas teóricos. *Acervo*, 23(1), 1–23. <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1811>.
- Silva, M. C. P. da. (2019). Arquivo geral dos trabalhadores: ação sindical em defesa da história das lutas dos trabalhadores. *Revista Trabalho Necessário*, 17(34), 303. <https://doi.org/10.22409/tn.17i34.p38062>
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas. (2024). *Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas (STIAC)*.
- União Geral dos Trabalhadores. (2024). *União Geral dos Trabalhadores (UGT)*.
- Ventura, L. M. B. P. (2023). *As Bibliotecas Sindicais e Operárias em Portugal*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/58635>
- Vieira, T. (2005). *História do Movimento Sindical Português*. [Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Fontes de Informação Sociológica, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. [História Do Movimento Sindical Português | PDF | Sindicato | Fascismo \(scribd.com\) https://pt.scribd.com/document/43930816/Historia-do-Movimento-Sindical-Portugues](https://pt.scribd.com/document/43930816/Historia-do-Movimento-Sindical-Portugues)
- Webb, S., & Webb, B. (1894). *The history of trade unionism*. Longmans, Green and Co.

Apêndice

Lista de nomes de operários ordenada alfabeticamente, bem como a unidade de instalação temporária (UIT) onde os registos estão inseridos.

Adália Constatino Borda de Agua	UIT 8
Adelaide Macedo Pereira	UIT 8
Adélia Matias da Silva	UIT 8
Adelina Fernandes Povoas	UIT 8
Adolfina Branco	UIT 7
Adozinda da Conceição Silva	UIT 8
Adozinda das Dôres	UIT 7
Adriana da Conceição	UIT 7
Adriana Gomes	UIT 7
Agostina da Glória Vila Lobos	UIT 1
Aida da Conceição Gomes	UIT 8
Aida da Conceição Pires	UIT 8
Albertina Gonçalves Carvalho	UIT 1
Alda Maria Pinto Reis	UIT 1
Alda Pais	UIT 1
Aldegundes do Carmo	UIT 1
Alice da Conceição	UIT 8
Alice da Conceição Pereira	UIT 1
Alice da Conceição Pereira	UIT 7
Alice da Luz Correia	UIT 7

Alice da Silva Marques	UIT 1
Alice das Dôres	UIT 1
Alice de Jesus Dias Santos	UIT 1
Alice Dias	UIT 7
Alizira Saores Batista da Silva	UIT 1
Alzira Maria Bem Adão	UIT 1
Amália dos Santos Nunes	UIT 1
Amelia Cascais	UIT 1
Amélia Clara Ferreira	UIT 1
América da Glória	UIT 1
Ana Camacho Canhão Martins	UIT 1
Ana Maria Antunes Batalha	UIT 1
Ana Maria Cabral Matias	UIT 8
Ana Maria da Silva Rieiro	UIT 8
Ana Maria Luzindo Pereira	UIT 1
Ana Maria Silva dos Santos	UIT 1
Anabela Conceição Delgado Ramos	UIT 8
Anabela Maria Simões	UIT 8
Angela Portugal	UIT 1
Angelina Dias Pereira	UIT 1

Antónia da Conceição Brandão	UIT 8
Antonieta dos Santos	UIT 1
Antonio de Oliveira Rocha	UIT 8
Antonio dos Santos Galvão	UIT 1
Antonio dos Santos Marques	UIT 8
Antônio Maria Teixeira	UIT 1
Antonio Nicolau Ferreira	UIT 1
Antonio Rodrigues Sota	UIT 1
Argelinda Fernandes Ribeiro	UIT 8
Argentina da Conceição	UIT 1
Arminda Arsénio	UIT 8
Arminda da Luz	UIT 8
Arminda do Carmos Marques	UIT 1
Arminda Nunes	UIT 1
Armindo Belmiro	UIT 1
Artur Fernandes	UIT 1
Augusta de Ascensão dos Santos	UIT 8
Augusta Martins	UIT 8
Aurora da Silva Moreira	UIT 1
Aurora das Dôres	UIT 1
Aurora de Jesus	UIT 8
Aurora D'Oliveira	UIT 1
Aurora Jesus	UIT 8
Aurora Martins	UIT 8

Aurora Polvora	UIT 1
Avelina Rosa Ferreira	UIT 8
Barbara Batalha Pinto	UIT 1
Barbara Colaço dos Santos	UIT 1
Barbara da Conceição	UIT 8
Barbara da Gloria	UIT 1
Bazilisia Rosa	UIT 8
Beatriz Brigida	UIT 1
Beatriz Candida de Oliveira	UIT 8
Beatriz Clara	UIT 1
Beatriz da Conceição Catarino	UIT 8
Beatriz da Conceição Sousa	UIT 8
Beatriz de Jesus	UIT 1
Beatriz Meca Limpinho	UIT 1
Beatriz Meia	UIT 1
Beatriz Patrocínio Duarte	UIT 8
Beatriz Pereira Raposo	UIT 8
Belmira Correia	UIT 1
Belmira da Luz Correia	UIT 8
Belmira das Neves Rocha	UIT 1
Belmira Pereira	UIT 8
Benedita Doce Martinho	UIT 8
Beneviana Maria	UIT 1
Benvinda Rosa de Jesus	UIT 1

Benvinda Rosa Lopes	UIT 1
Bernardete Pereira Ferreira	UIT 8
Berta de Jesus Guerreiro	UIT 1
Branca Marques Pinto Gaspar	UIT 1
Brigida Nunes Ribeiro	UIT 1
Cacilda Barros Ferreira Teixeira	UIT 1
Cacilda da Conceição	UIT 1
Candida Costa	UIT 1
Candida da Conceição	UIT 1
Candida Reis Aguiar	UIT 1
Capitolina Trindade dos Santos	UIT 1
Carlota de Sousa Pereira	UIT 1
Carmelinoa da Conceição César	UIT 8
Carmina da Silva	UIT 1
Casimira Gomes Carrasquinha	UIT 1
Christiana Gonçalves	UIT 1
Cidália Nunes	UIT 7
Clementina Correia	UIT 1
Clementina da Silva Rosalette	UIT 1
Clementina Franco Gomes	UIT 1
Clotilde Silva	UIT 1
Conceição Carvalho Pereira	UIT 1
Conceição de Jesus	UIT 1
Conceição de Jesus Sequeira	UIT 1

Conceição Ferreira Pinto de Sousa	UIT 1
Conceição Jesus Correia	UIT 1
Conceição Matraqueiro Ribeiro	UIT 1
Conceição Nuner Ferreira	UIT 1
Conceição Pires	UIT 1
Consolação Calvo Sanches	UIT 1
Corália Aguiar da Silva	UIT 1
Cremilda Rosa da Costa	UIT 1
Cremilde da Conceição Pires	UIT 1
Custódia Afonso de Matos	UIT 1
Custódia Maria Bordadágua	UIT 1
Custódia Viegas Caraça	UIT 1
Custofia de Jesus	UIT 1
Dália Carapinha Mota	UIT 1
Damázia Balau Carlinhos	UIT 1
Delfina da Conceição	UIT 1
Delfina Marina Bandeira de Sousa	UIT 7
Delmira da Conceição	UIT 1
Delmira Murraças Fidalgo	UIT 1
Deolinda Correia	UIT 1
Deolinda da Conceição Bento	UIT 1
Deolinda do Carmo	UIT 1
Deolinda dos Santos	UIT 1
Deolinda Pereira	UIT 1

Dolores Gomes de Pinho	UIT 1
Domiciano Lopes	UIT 7
Dora Faria Rodrigues	UIT 1
Dora Neto dos Santos	UIT 1
Dora Rosa Paixão	UIT 1
Dores Rosa	UIT 1
Edite de Oliveira Franco	UIT 1
Edite Trindade dos Santos	UIT 1
Edviges da Silva Pinto	UIT 8
Electa Mendes Graça	UIT 1
Elisa Candida	UIT 1
Elisa da Conceição	UIT 1
Elisa da Costa Santos	UIT 7
Elisa Joaquina	UIT 7
Elisa Pereira	UIT 7
Elisa Santiago	UIT 7
Elisa Teixeira Ramos	UIT 7
Elisabete Rosa Raimundo Nunes	UIT 7
Elisabete Vigueira	UIT 8
Elisete Barreira Chalabardo	UIT 7
Elvira Martins	UIT 7
Elvira Rosa Martins	UIT 7
Ema Viegas Rodrigues	UIT 7
Emilia Adelaide Lourenço Duarte	UIT 7

Emilia Amália Martins	UIT 7
Emilia Augusta da Silva	UIT 7
Emilia Capitulo Farinha	UIT 7
Emilia Cascaes Costa	UIT 7
Emilia da Conceição	UIT 7
Emilia da Conceição Martins	UIT 7
Emilia da Conceição Narcisa	UIT 7
Emilia do Nascimento Colegio	UIT 8
Emilia Rosa	UIT 7
Emilia Valente Arrábida	UIT 7
Ernestina Soares Serrano	UIT 7
Esmeralda da Assunção Vieira	UIT 7
Esmeralda de Deus	UIT 8
Esmeraldina de Assunção Conde	UIT 7
Esmeraldina Nunes Guerreiro	UIT 7
Esperança D'Almeida	UIT 7
Ester da Conceição	UIT 7
Ester Luiz da Conceição	UIT 7
Etelvina da Piedade dos Reis	UIT 7
Eudoxia da Ascensão Simões	UIT 8
Eulália da Conceição Cunha Russo	UIT 7
Eulália de Oliveira Silvestre	UIT 7
Eulália Murraças Fidalgo	UIT 7
Faustina Oliveira Agostinho	UIT 8

Felicia Candida	UIT 7
Felicidade Clara Gomes	UIT 7
Felicidade da Conceição Pereira	UIT 7
Felicidade Maria dos Santos	UIT 7
Felisbela da Luz	UIT 8
Fernanda Belcheor Lobo Lemos	UIT 7
Fernanda da Conceição	UIT 7
Fernanda da Conceição de Almeida	UIT 7
Fernanda de Jesus Mendes	UIT 7
Fernanda Fidalga	UIT 7
Fernanda Joaquina Cambaio	UIT 7
Fernanda Ribeiro Rodrigues	UIT 7
Fernanda Rosa Conceição Silva	UIT 8
Filomena Martins	UIT 7
Florinda da Conceição	UIT 7
Florinda Gomes Rodrigues	UIT 7
Florinda Raquel Duarte Lopes	UIT 7
Francelina Bombas	UIT 7
Francelina da Conceição	UIT 7
Francelina Piló Ricardo	UIT 7
Francisca Conceição Justiniano	UIT 7
Francisca Correia	UIT 7
Francisca de Jesus	UIT 7
Francisca Duarte	UIT 7

Francisca Elisbão	UIT 7
Francisca Soares Rufino	UIT 7
Francisco Augusto Larcher	UIT 7
Francisco Cipriano Alfaiate	UIT 8
Francisco Gamas	UIT 8
Francisco Oliveira Fialho	UIT 7
Francisco Procópio Bem	UIT 7
Francolina da Conceição	UIT 8
Georgina Matias Januario	UIT 7
Gertrudes da Conceição Santos	UIT 1
Gertrudes da Conceição Santos	UIT 7
Gertrudes das Neves	UIT 1
Gertrudes de Jesus	UIT 5
Gertrudes dos Santos	UIT 1
Gertrudes dos Santos	UIT 7
Gertrudes Libania	UIT 7
Gertrudes Maria de Jesus	UIT 7
Gertrudes Rosa de Jesus	UIT 1
Gilberta Ferreira Pinto	UIT 7
Gisela Conceição Oliveira Martins	UIT 1
Gisela Maria Anastaio Oliveira	UIT 5
Glória da Conceição	UIT 8
Glória de Almeida	UIT 7
Gloria de Jesus Costa	UIT 1

Glória Rocha	UIT 7
Graça Baeta Gomes	UIT 7
Graciete Santos Sales	UIT 1
Gracinda Augusto Ribeiro	UIT 7
Gracinda dos Santos	UIT 7
Gracinda Maria Silvestre Oliveira	UIT 5
Gracinda Patrocinio Casimiro	UIT 1
Guilhermina Aguiar da Silva	UIT 7
Guilhermina da Conceição Maria	UIT 7
Guilhermina da Conceição Rodrigues	UIT 7
Guilhermina da Fonseca Fernandes	UIT 1
Guilhermina D'Almeida	UIT 1
Guilhermina dos Santos	UIT 7
Guilhermina Graça Pila	UIT 7
Guilhermina Lopes	UIT 7
Guilhermina Maria Pila	UIT 7
Guilhermina Purificação	UIT 7
Guilhermina Rosa Sousa Salvador	UIT 5
Guilhermina Sousa Dias	UIT 1
Guiomar de Jesus Lourenço	UIT 5
Guiomar Vidinha Bem	UIT 7
Heitor Basto Cordeiro	UIT 8
Helena Gil	UIT 7
Helena Maria da Anunciação	UIT 5

Helena Maria Oliveira Henriques	UIT 1
Heliadora Augusta Cunha	UIT 8
Henriqueta da Conceição	UIT 1
Herculana da Conceição	UIT 1
Herculana Nascimento Silva	UIT 8
Herminia Aurora da Conceição	UIT 7
Hermínia Correia Geraldês	UIT 8
Herminia da Conceição	UIT 7
Hermínia dos Santos Pereira	UIT 1
Hermínia Regales Martins	UIT 1
Herminia Ribeiro	UIT 7
Herminia Santana	UIT 7
Hermínia Vasco	UIT 5
Horácio de Sousa Formozinho	UIT 8
Hortense Augusta de Sousa	UIT 7
Hortense dos Santos	UIT 7
Hortense Maria Barbosa Neto	UIT 1
Humberto Aurélio Ferreira	UIT 8
Idalina Agostinho Fernandes	UIT 1
Idalina Alves dos Santos	UIT 7
Idalina dos Santos	UIT 7
Idalina Ferreira	UIT 1
Idalina Inez Figueiras	UIT 1
Idalina Maria Andrade Nascimento	UIT 5

Idalina Maria dos Reis Santos	UIT 5
Idalina Maria Francisca Saguim	UIT 5
Idalina Meca Lopes	UIT 8
Idalina Nunes de Almeida	UIT 7
Idalina Nunes Silvestre	UIT 5
Idalina Rosário Sousa Vitorino	UIT 5
Idília Petinga Dionisio	UIT 1
Ignácia D'Aires	UIT 5
Ilda Faria Dias	UIT 1
Ilda Jesus Bernardo	UIT 1
Ilda Lina Mira Russo	UIT 5
Ilda Maria dos Reis Salgado Pereira	UIT 5
Ilda Maria Rosa dos Santos	UIT 5
Ilda Oliveira Catarino	UIT 5
Ilda Rosa Nunes Estevão	UIT 5
Ilda Rosa Oliveira	UIT 1
Ilda Silvestre Teodoro	UIT 1
Ilídia Maria Lopes	UIT 1
Inácia de Jesus	UIT 1
Irene da Conceição da Oliveira Santos	UIT 1
Irene da Conceição Teofilo	UIT 1
Irene da Glória Dias	UIT 1
Irene D'Almeida	UIT 8
Irene D'Almeida Rosa	UIT 1

Irene de Jesus da Conceição Oliveira	UIT 1
Irene Freitas	UIT 8
Irene Henrique dos Santos	UIT 1
Irene Macatrôa Covinha	UIT 1
Irene Maria da Lança	UIT 1
Irene Maria Silva Ramos Pelêgo	UIT 1
Irene Roda da Silva	UIT 5
Isabel Catarina	UIT 1
Isabel Catarina Moreira	UIT 1
Isabel Cristina de Jesus	UIT 1
Isabel Custódia	UIT 1
Isabel da Conceição	UIT 5
Isabel da Conceição	UIT 1
Isabel da Conceição Figueiras	UIT 1
Isabel da Conceição Oliveira	UIT 1
Isabel da Glória	UIT 1
Isabel da Purificação	UIT 1
Isabel da Silva Garrancho	UIT 1
Isabel das Chagas Ana-Homem	UIT 1
Isabel de Jesus	UIT 1
Isabel de Jesus Regatão	UIT 1
Isabel do Nascimento	UIT 1
Isabel do Nascimento	UIT 5
Isabel dos Santos	UIT 5

Isabel dos Santos	UIT 5
Isabel Eulália Glória Rodrigues	UIT 5
Isabel Ferro Pereira	UIT 5
Isabel Gomes Cabecinha	UIT 5
Isabel Lopes	UIT 5
Isabel Lourenço Leandro	UIT 5
Isabel Luísa de Jesus	UIT 1
Isabel Maria	UIT 1
Isabel Maria	UIT 1
Isabel Maria Batista Nunes	UIT 1
Isabel Maria Canoa Henriqueta	UIT 1
Isabel Maria da Glória Alexandre	UIT 1
Isabel Maria do Carmo Braz	UIT 1
Isabel Maria dos Reis	UIT 1
Isabel Maria dos Reis	UIT 1
Isabel Maria Faustino Pereira	UIT 5
Isabel Maria Germano Caneco	UIT 1
Isabel Maria Jacinto Chuva	UIT 1
Isabel Maria Patrício Ferreira	UIT 1
Isabel Rosa	UIT 5
Isabel Santos	UIT 5
Isaura Correia	UIT 8
Isaura de Jesus Silva	UIT 5
Isaura Gomes	UIT 5

Isaura Jacinta Alves	UIT 1
Isaura Maria Figueira de Sousa	UIT 1
Isaura Maria Santos Correia	UIT 1
Isilda Faria	UIT 1
Ismael Luís Farinha	UIT 1
Ismael Nunes Estevão	UIT 1
Iva Jesus Santos	UIT 5
Ivone Correia Abreu	UIT 5
Ivone da Conceição Lopes	UIT 5
Ivone de Carvalho Machado	UIT 5
Ivone de Sousa	UIT 5
Ivone Dôres Guerreiro Soares	UIT 5
Ivone dos Santos Pereira	UIT 5
Ivone Gomes da Silva	UIT 5
Ivone Maria Cordeiro da Costa Anacleto	UIT 5
Ivone Teófilo Costa	UIT 1
Izabel Ace	UIT 1
Izaura Andrade	UIT 5
Izaura Batista Viegas	UIT 1
Izilda Faria	UIT 1
Jaime Teixeira Rodrigues	UIT 1
Joana Augusta	UIT 8
João Manuel Xeira	UIT 1
João Maria Vidal	UIT 8

João Martins Marques	UIT 8
João Martins Marques Rosa	UIT 8
Joaquim Arruda Rocha	UIT 1
Joaquim Simples Verissimo Barata	UIT 1
Joaquim Verissimo	UIT 1
Joaquim Vieira Moreira	UIT 1
Joaquina Augusta	UIT 8
Joaquina da Conceição	UIT 1
Joaquina Santos Jorge	UIT 1
Jorge Aguas dos Santos Crespo	UIT 1
José Cabrita da Silva	UIT 1
José da Silva Guarda Pires	UIT 2
José Leal Monteiro	UIT 8
José Lourenço	UIT 2
José Patrocínio Correia	UIT 2
José Patrocínio Santos	UIT 2
José Pinheiro	UIT 2
José Verissimo	UIT 2
Josefa da Conceição Rocha	UIT 2
Josefa Domingos dos Santos	UIT 2
Josefa Pereira	UIT 2
Josefa Sales	UIT 2
Josefina Maria	UIT 8
Josefina Moreira	UIT 8

Josefina Robalo	UIT 8
Josefina Simões	UIT 2
Judite da Conceição Regalo	UIT 2
Judite dos Santos Machado	UIT 2
Julia Carlinhos Trindade	UIT 2
Julia Carneiro	UIT 2
Julia Constantino Guincho	UIT 2
Julia de Jesus	UIT 2
Julia dos Santos	UIT 2
Julia Ferreira	UIT 2
Julia Ferreira da Silva	UIT 2
Julia Machado Dias	UIT 2
Júlia Pedro Gomes	UIT 8
Julia Pinto Cabral	UIT 2
Julieta Santos	UIT 8
Justina Marques	UIT 8
Laura Cebreiros Piseiro	UIT 2
Laura da Conceição	UIT 8
Laura Marquês	UIT 2
Laura Ricardo da Vila Mona	UIT 2
Laurinda de Jesus	UIT 2
Laurinda de Jesus	UIT 8
Laurinda Gonçalves Rodrigues	UIT 8
Lealdina de Jesus Martinho Casimiro	UIT 8

Leonarda Rocha	UIT 2
Leonor da Conceição Jesus	UIT 2
Leonor Maria Godinha Germano	UIT 8
Leontina de Jesus	UIT 8
Lia Ferreira da Costa	UIT 8
Lidia de Jesus	UIT 8
Lidia Generosa	UIT 2
Lina Borges	UIT 2
Lina da Conceição Pereira	UIT 2
Lisete Furtado Cabrita	UIT 2
Lisete Machado Aguião	UIT 2
Lucia Aguiar Lucas	UIT 2
Luciana da Conceição Freitas	UIT 2
Luciana Zegre	UIT 2
Lucilia Almeida de Jesus	UIT 2
Lucília Alves	UIT 2
Lucilia da Conceição Pinto	UIT 2
Lucilia da Piedade	UIT 2
Lucilia dos Santos Saloio	UIT 2
Lucilia Duarte Tarita	UIT 2
Lucilia Marques Duarte	UIT 2
Lucinda Alves da Silva	UIT 2
Lucinda da Conceição	UIT 2
Lucinda de Jesus Caetano	UIT 2

Ludovina Mariana	UIT 2
Ludovina Reis de Aguiar	UIT 2
Luicilia Rosa Coutinho	UIT 2
Luisa Rosa Rodrigues	UIT 2
Luiza da Paixão Alves	UIT 2
Luiza Maria	UIT 2
Lusia da Conceição	UIT 2
Madalena da Conceição	UIT 2
Madalena de Jesus	UIT 2
Madalena dos Santos	UIT 2
Magda de Vasconcelos	UIT 2
Manel Ramiro Ramos	UIT 2
Manuel Augusto	UIT 2
Manuel Calé	UIT 2
Manuel da Silva Vasco	UIT 2
Manuel dos Reis Camacho	UIT 2
Manuel Gaspar	UIT 2
Manuel Joaquim	UIT 2
Manuela da Conceição Pires	UIT 2
Marcelina Sousa	UIT 2
Marcelino da Silva Flosa	UIT 2
Marcos Manuel	UIT 2
Margarida Correira Leal	UIT 2
Margarida de Jesus Lopes	UIT 2

Margarida de Sousa Martins	UIT 2
Margarida Laranjeira	UIT 2
Margarida Lopes Dias	UIT 2
Margarida Maria dos Santos Lino	UIT 2
Margarida Pinto Soares	UIT 2
Margarida Sousa Martins	UIT 2
Maria Adelaide	UIT 2
Maria Adelaide Alves Vieira	UIT 2
Maria Adelaide da Conceição Ferreira	UIT 2
Maria Adelaide Oliveira Santana	UIT 2
Maria Adelaide Santos Dias	UIT 2
Maria Adelina Rodrigues Elisbão	UIT 2
Maria Adelina Varina Meca	UIT 2
Maria Agustino Nascimento	UIT 2
Maria Albertina Ribeiro Agostinho	UIT 2
Maria Aldegudes Figueira Dias	UIT 2
Maria Alice	UIT 2
Maria Alice Anastácio Zamdana	UIT 6
Maria Alice Conceição Agostinho	UIT 6
Maria Alice do Rosário Guerreiro Mendes	UIT 6
Maria Alice Ramos Inácio	UIT 6
Maria Alice Rodrigues da Silva	UIT 6
Maria Almeida	UIT 6
Maria Almerinda Conceição Pinto	UIT 6

Maria Amélia da Piedade Cecilio	UIT 2
Maria Amélia Martins Miguel	UIT 2
Maria Anjos Gomes Victorino	UIT 2
Maria Antónia dos Santos Pescadinho	UIT 2
Maria Antónia Lopes Vagos	UIT 2
Maria Antónia Zarro Estrelinha	UIT 2
Maria Anunciação Sales Antunes	UIT 2
Maria Arlete de Jesus Vitória	UIT 2
Maria Arlete Rosário Rodrigues	UIT 6
Maria Arminda Anastácio Rodrigues Meca	UIT 6
Maria Ascensão Silva Severino	UIT 6
Maria Augusta	UIT 6
Maria Augusta Alves Casimiro	UIT 6
Maria Augusta Borge Pedreira	UIT 6
Maria Augusta Carreira	UIT 6
Maria Augusta da Conceição	UIT 6
Maria Augusta dos Santos	UIT 2
Maria Candida Martinho	UIT 2
Maria Caria da Tereza	UIT 6
Maria Carmina Meco Tacha	UIT 6
Maria Carminha	UIT 2
Maria Carmo Vieira	UIT 2
Maria Carolina Felismina Poupada	UIT 6
Maria Carolina Murranga Mateus	UIT 6

Maria Carolina Saguim Nobre	UIT 6
Maria Carvalho	UIT 6
Maria Castelo das Dôres	UIT 6
Maria Celeste Dias Anastácio	UIT 2
Maria Celeste dos Santos Dias	UIT 2
Maria Célia Gonçalves	UIT 6
Maria Conceição dos Santos	UIT 2
Maria Conveição Vieira	UIT 2
Maria Custódia Pinto	UIT 6
Maria da Bôa Hora	UIT 6
Maria da Conceição Lopes Chalabardo	UIT 2
Maria da Conceição Mendes	UIT 2
Maria da Conceição Regales	UIT 2
Maria da Costa Gonçalves	UIT 6
Maria da Encarnação	UIT 2
Maria da Encarnação	UIT 6
Maria da Glória	UIT 2
Maria da Glória do Nascimento Cabral	UIT 6
Maria da Glória Reis Martins	UIT 6
Maria da Glória Romão Marques	UIT 6
Maria da Graça Vaz Pires	UIT 2
Maria da Luz Dias Matias Antunes	UIT 2
Maria da Luz Marques Bizarro	UIT 2
Maria da Natividade Conceição dos Santos	UIT 6

Maria da Piedade Dias	UIT 6
Maria da Piedade Leitão Farto	UIT 6
Maria da Soledade Batalha	UIT 2
Maria de Fátima da Luz Mirão	UIT 6
Maria de Fátima Godinho	UIT 2
Maria de Jesus Conceição Emídio	UIT 6
Maria de Jesus da Conceição Oliveira	UIT 2
Maria de Jesus Fragoso	UIT 6
Maria de Jesus Gonçalves Bento	UIT 2
Maria de Jesus Rebelo Leal	UIT 6
Maria de Lourdes Moreira	UIT 2
Maria de Loures Costa Reis	UIT 6
Maria de São José	UIT 6
Maria do Carmo Formosinho	UIT 6
Maria do Espirito Santo	UIT 2
Maria do Rosário	UIT 6
Maria do Rosário Codinha	UIT 2
Maria do Rosário Codinha	UIT 6
Maria do Rosário Cunha	UIT 6
Maria do Rosário da Silva	UIT 6
Maria do Rosário Estrelinha Simões	UIT 6
Maria do Rosário Evangelista	UIT 2
Maria do Rosário Faneca Légua	UIT 6
Maria Emília da Conceição	UIT 6

Maria Emília da Conceição Faneca	UIT 6
Maria Emília da Copa Vigia	UIT 6
Maria Emília D'Almeida	UIT 6
Maria Emília de Almeida Duarte	UIT 6
Maria Emília Delgado	UIT 6
Maria Emília dos Santos	UIT 6
Maria Emília dos Santos Ribeiro	UIT 6
Maria Eugénia de Oliveira	UIT 2
Maria Eugénia Fernanda Garcia	UIT 6
Maria Eugénio Quinsico	UIT 2
Maria Eulália Eusébio Meca	UIT 6
Maria Fátima Ferreira Cipriano	UIT 6
Maria Fátima Godinho da Florencia	UIT 2
Maria Fátima Veríssimo Codinha	UIT 2
Maria Fernanda Costa	UIT 2
Maria Fernanda da Conceição	UIT 2
Maria Fernanda Ferreira	UIT 2
Maria Fernanda Jesus Correia	UIT 2
Maria Fernanda Sousa Dias	UIT 2
Maria Ferreira Andrade	UIT 2
Maria Filomena Amado Martins	UIT 2
Maria Francisca Mendes Clemente	UIT 2
Maria Gisela Jesus Santos	UIT 2
Maria Gomes	UIT 2

Maria Graça da Costa Gomes	UIT 2
Maria Graciete Jesus Conceição	UIT 2
Maria Guarda Conceição Martins	UIT 2
Maria Guiomar Silvestre	UIT 2
Maria Helena Cachão	UIT 2
Maria Helena da Graça Godinho Vicente	UIT 2
Maria Helena Rosa Vieira	UIT 2
Maria Idália de Jesus Leiria	UIT 2
Maria Imaginário	UIT 2
Maria Isabel Cordeiro Tamanqueira	UIT 2
Maria Isabel Formiga	UIT 2
Maria Isabel Sales	UIT 2
Maria Januária Mimoso Mendes	UIT 2
Maria Joana Mirôa	UIT 2
Maria João Correia	UIT 2
Maria José Amandio	UIT 6
Maria José Cansaço	UIT 2
Maria José Carlinhos	UIT 2
Maria José da Encarnação	UIT 6
Maria José da Silva	UIT 2
Maria José da Silva Janeiro	UIT 6
Maria José da Silva Ricardo	UIT 2
Maria José de Jesus Neves	UIT 6
Maria José de Jesus Santos	UIT 6

Maria José de Melo Franco	UIT 6
Maria José de Souza	UIT 2
Maria José do Rosário Bombas	UIT 2
Maria José dos Santos Quitério	UIT 2
Maria José Duarte Delgado	UIT 2
Maria José Silva Ribeiro	UIT 2
Maria José Teodoro	UIT 2
Maria Júlia Mata Simões	UIT 2
Maria Júlia Piló Rodrigues	UIT 2
Maria Lapa	UIT 2
Maria Leonilde Matias	UIT 2
Maria Lopes	UIT 3
Maria Luisa da Silva Resina	UIT 3
Maria Marta Pereira Teotónio	UIT 6
Maria Miquelina	UIT 6
Maria Modesto Gonçalves	UIT 6
Maria Morais	UIT 6
Maria Moreira Lima	UIT 6
Maria Nascimento	UIT 6
Maria Natália Tavares	UIT 6
Maria Natalina da Conceição Dias	UIT 6
Maria Olimpia	UIT 6
Maria Otília Casimira do Carmo	UIT 6
Maria Otília Gonçalves	UIT 6

Maria Otília Piló Rodrigues	UIT 6
Maria Piedade de Matos	UIT 3
Maria Rosário Rosa Ramos	UIT 3
Maria Santana Gordinho Andrade	UIT 3
Maria Severina Bento	UIT 3
Maria Silvina Murranga Gonçalves	UIT 6
Maria Soares	UIT 6
Maria Sofia	UIT 3
Maria Teresa Patrício Ferreira	UIT 3
Maria Teresa Sousa Pereira	UIT 3
Maria Tereza Neves	UIT 3
Maria Tereza Cardoso Russo	UIT 3
Maria Tereza Oliveira Félix	UIT 6
Maria Tereza Palhaça Delgado	UIT 6
Maria Terza Ataíde	UIT 6
Maria Ventura Neves Rafael	UIT 3
Maria Violeta dos Santos Dias	UIT 3
Maria Virginia do Carmo	UIT 3
Maria Vitória Conceição Oliveira	UIT 3
Mariana Castanho Vidal	UIT 3
Mariana da Anunciação Matias dos Santos	UIT 3
Mariana da Conceição	UIT 3
Mariana da Conceição Henriques	UIT 3
Mariana da Piedade	UIT 3

Mariana do Rosário de Oliveira	UIT 3
Mariana Lurdes Fernandes	UIT 3
Mariana Marques da Silva Almeida	UIT 3
Mariana Marques Martelo	UIT 6
Mariana Sanches da Costa	UIT 3
Mariete Conceição dos Santos	UIT 3
Marilia da Conceição Nunes	UIT 3
Marilia das Dores Andrade	UIT 3
Marilia do Nascimento Martins	UIT 3
Marilia Pereira	UIT 3
Marina Lopes	UIT 3
Mario Marques	UIT 3
Marta Carolina da Silva Vaz	UIT 6
Marta de Jesus Soares	UIT 3
Marta Zeferina Amador Pereira	UIT 3
Matilde dos Reis da Conceição	UIT 3
Matilde Fateira	UIT 3
Matilde Ramos	UIT 3
Mavilia Pinto Cabral	UIT 3
Máxima Luisa Lopes	UIT 3
Maximiana Rosa Duarte	UIT 3
Mercêdes de Jesus Santos	UIT 3
Messias Caneco	UIT 3
Miquelina da Conceição Lopes	UIT 3

Miquelina de Jesus	UIT 3
Mónica Rodrigues	UIT 3
Natália Clemente	UIT 3
Natália Maria Santos	UIT 3
Natalina da Silva	UIT 3
Natividade da Conceição Flório	UIT 3
Natividade de Sousa Chile	UIT 3
Natividade Pereira	UIT 3
Nazaré da Copa Murraças	UIT 3
Nazaré Formiga	UIT 3
Nazaré Martins Pedro	UIT 3
Nazaré Pita	UIT 3
Nídia Maria Conceição Dias	UIT 3
Noémia de Assunção Ramos	UIT 3
Noémia Maria Marques Oliveira	UIT 3
Noémia Maria Teodoro Anastácio	UIT 3
Noémia Pinto Santiago	UIT 3
Noémia Rosa Abrão	UIT 3
Odilia Bilhas	UIT 3
Odília Correia Antunes	UIT 3
Odília da Conceição Rodrigues	UIT 3
Odília Rosa Conceição do Irado	UIT 3
Ofélia de Sousa Leite	UIT 3
Olga dos Santos Saguim	UIT 3

Olimpia Maria Santana Gonçalves	UIT 3
Olinda da Conceição dos Santos	UIT 3
Olinda da Conceição Prazeres Paulino	UIT 3
Olinda Figueira Maurício	UIT 3
Olinda Pinto Pedro	UIT 3
Olivia de Jesus	UIT 3
Olivia Falcoa	UIT 3
Olivia Maria Dias	UIT 3
Otlia da Silva	UIT 7
Otilia Fernanda Chichrarro Pinto	UIT 3
Otilia Piçarra do Carmo	UIT 3
Otilia Sobreira	UIT 3
Palmira da Conceição Borges	UIT 3
Palmira do Nascimento Borges	UIT 7
Palmira Faneca Mixórdia	UIT 7
Palmira Felicidade Pesqueira Silva	UIT 7
Palmira Robalo Martinho	UIT 7
Patrolina Rodrigues Correia Antunes	UIT 3
Perpectua de Jesus	UIT 3
Perpétua Rodrigues	UIT 7
Preciosa Maria D'Oliveira	UIT 3
Quitéria dos Santos	UIT 3
Quitéria Maria do Guincho Maia	UIT 3
Raquel Pinto Soares	UIT 4

Raul Andrade Vicente	UIT 4
Raul Monteiro de Oliveira Jesus	UIT 4
Ricarda Maria Agueda Soares Pombinha	UIT 7
Rita Bem Justino Guido	UIT 4
Rita dos Santos Silva	UIT 4
Rita Maria	UIT 4
Romana Pacheco Dias	UIT 4
Rosa Conceição Martins	UIT 4
Rosa Hilario Delgado	UIT 4
Rosa Jacinta Quitério	UIT 4
Rosa Jesus Martins	UIT 7
Rosa Lirio Monteiro	UIT 4
Rosa Maria Brites Carriço	UIT 4
Rosa Maria da Assunção Ramos	UIT 4
Rosa Maria Ferreira da Luz	UIT 4
Rosa Maria Gomes Pires	UIT 7
Rosa Maria Leal Ramos	UIT 4
Rosa Maria Marques Oliveira	UIT 4
Rosa Maria Oliveira Moita Martins	UIT 4
Rosália Ferreira Moleiró	UIT 4
Rosalina do Coito Saraiva	UIT 7
Sabino Mário Borges Alves	UIT 4
Serafina D'Assunção	UIT 4
Silvana de Jesus Pereira	UIT 4

Silvana Dias Ferreira	UIT 4
Silvana do Carmo da Florência	UIT 4
Silvéria Gonçalves dos Santos	UIT 4
Silvina Soares Tocha	UIT 4
Teodoro Garcia Gomes	UIT 4
Teresa de Jesus Glória Vieira	UIT 4
Teresa Hilário Lourenço	UIT 4
Teresa Maria Fernandes Eduardo Silva	UIT 4
Teresa Maria Marcelina	UIT 4
Tereza de Jesus	UIT 4
Tereza Santos Martins	UIT 4
Venilda da Conceição	UIT 4
Ventura António da Silva Cruz	UIT 4
Vicencia da Conceição	UIT 4
Victor Alexandre de Sousa	UIT 4
Victor Manuel Jesus Santos	UIT 4
Victória Faria Ricardo	UIT 4
Vilena Rosa Alves	UIT 4
Violeta Lourenço	UIT 4
Violeta Maria Batista Fernandes	UIT 4
Virgílio de Carvalho	UIT 4
Virgina Meca Taxa	UIT 4
Virginia Celeste Mira Dionísio	UIT 4
Virgínia da Conceição	UIT 4

Virginia D'Almeida	UIT 4
Virginia de Jesus Mendes	UIT 4
Virginia de Jesus Sales	UIT 4
Virginia do Carmo	UIT 4
Virgínia Figueiredo Murraças	UIT 4
Virginia Maria da Luz	UIT 4
Virginia Maria Rodrigues	UIT 4
Virgínia Palmira Anastacio	UIT 4
Virginia Pereira	UIT 4
Virginia Ramos da Silva	UIT 4
Virginia Conceição Ferreira	UIT 4
Virignia Pacheco	UIT 4
Vitalina Gaspar	UIT 4
Vitalina Germano Bombas	UIT 4
Vitalna dos Reis Pacheco	UIT 4
Zaida Maria Rocha Santos	UIT 4
Zélia Amigo Santos	UIT 4
Zélia Maria Teixeira	UIT 4
Zelinda dos Santos Nunes	UIT 4
Zonóbia da Conceição Evangelista	UIT 8
Zulimira da Luz Pereira	UIT 4
Zulmira Augusta Zarro	UIT 4
Zulmira Cordinho	UIT 4
Zulmira da Conceição	UIT 4

Zulmira da Silva Pacheco	UIT 4
Zulmira Jacinto Guardado	UIT 4

Zulmira Pacheco dos Nascimento	UIT 8
Zulmira Soares Meca	UIT 8